



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

BRUNO BIANCHI GONÇALVES DA SILVA

**A PRESENÇA CHINESA NA ECONOMIA DE ALAGOAS SOB O CONTEXTO DAS
RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA**

Maceió
2021

BRUNO BIANCHI GONÇALVES DA SILVA

**A PRESENÇA CHINESA NA ECONOMIA DE ALAGOAS SOB O CONTEXTO DAS
RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Licenciado em Geografia pelo Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Correa

Maceió
2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4/1459

- S586p Silva, Bruno Bianchi Gonçalves da.
A presença chinesa na economia de Alagoas sob o contexto das relações comerciais Brasil-China / Bruno Bianchi Gonçalves da Silva. – 2021.
66 f.
- Orientador: Domingos Sávio Corrêa.
Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2021.
- Bibliografia: f. 61-67.
1. Importação. 2. Exportação. 3. Alagoas. 4. China. I. Título.

CDU: 911.3:32/33

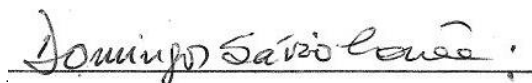
Folha de Aprovação

BRUNO BIANCHI GONÇALVES DA SILVA

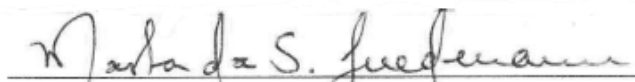
A presença chinesa na economia de Alagoas sob o contexto das relações comerciais Brasil-China

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 29 de outubro de 2021.


Banca Examinadora:



Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa
Universidade Federal de Alagoas
Orientador



Prof.ª Dr.ª Marta da Silveira Luedemann
Universidade Federal de Alagoas
Examinadora



Prof.ª Dr.ª Luciane Maranhã de Oliveira Marisco
Universidade Federal de Alagoas
Examinadora

RESUMO

Nas duas últimas décadas a China alcançou o posto de segunda maior potência econômica mundial e principal parceiro comercial do Brasil, comandando a balança comercial de diversos estados brasileiros e estimulando a busca por investimento chinês em seus territórios. O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica das relações econômicas entre o estado de Alagoas e a China no período 2003 a 2019, considerando as repercussões na economia alagoana e sua característica. O resultado apontou rápido crescimento da participação chinesa na importação de Alagoas, em reflexo ao aumento do poder de compra da população até meados da última década. O ritmo de crescimento não foi acompanhado pela exportação, diferenciando a dinâmica em Alagoas dos estados do Centro-Oeste.

Palavras-chave: Importação; Exportação; Alagoas; China.

ABSTRACT

In the last two decades, China has reached the position of the second largest economic power in the world and the main trading partner of Brazil, commanding the trade balance of several Brazilian states and stimulating the search for Chinese investment in their territories. The objective of this work is to analyze the dynamics of economic relations between the state of Alagoas and China in the period 2003 to 2019, considering the repercussions on the economy of Alagoas and its characteristics. The result showed a rapid growth in Chinese participation in imports from Alagoas, reflecting the increase in the purchasing power of the population until the middle of the last decade. The pace of growth was not accompanied by exports, differentiating the dynamics in Alagoas from the states of the Midwest.

Keywords: Import; Export; Alagoas; China.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DAS POTÊNCIAS MUNDIAIS E A RECENTE EXPERIÊNCIA CHINESA	16
2. A RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA E OS BRICS	22
3. A RELAÇÃO ECONÔMICA ENTRE ALAGOAS E CHINA	39
3.1. Exportações alagoanas com destino à China	41
3.2. Importações alagoanas com origem na China	46
3.3. Recentes investimentos chineses em Alagoas	54
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Há poucos anos a China era vista como um país atrasado, de economia agrária e uma indústria que através da pirataria produzia produtos de baixa qualidade. Atualmente, disputa a primazia tecnológica com os Estados Unidos, maior potência econômica mundial, e tem consolidado o Leste Asiático como o novo centro dinâmico mundial, antes comandado apenas por Japão e Coreia do Sul.

A China tem se destacado também como exportadora de capitais, realizando grandes investimentos e acordos de cooperação econômica com diversos países, inclusive antigos aliados dos Estados Unidos (Paquistão e Arábia Saudita, por exemplo). A nova conjuntura política e econômica está no centro da atual guerra comercial Estados Unidos-China e vem redesenhando a geopolítica mundial.

O atual patamar de desenvolvimento das forças produtivas que a China vem alcançando não é fortuito. É resultante da trajetória histórica de planejamento, implementado sob orientação socialista desde a proclamação da República Popular da China, em 1949, sob a liderança de Mao Tsé-Tung. A condução da economia de mercado sob orientação socialista é o que os chineses chamam “socialismo de mercado”, cujo objetivo é a complexa e lenta transição do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista, respeitando as características chinesas (JABBOUR, 2010).

Na China, o Partido Comunista domina a superestrutura, criando as condições para um socialismo com planejamento estatal, propriedade sobre setores estratégicos e propriedade da terra pelo Estado. Para isso, o povo chinês travou guerra civil e rompeu com anos de dominação e espoliação estrangeira. As diversas transformações políticas na China tiveram presença marcante da população camponesa. Grande parte dos empresários chineses são oriundos dessa pequena produção de camponeses médios que contaram com maiores facilidades de acumulação após a instauração da República Popular de 1949 (POMAR, 2003; JABBOUR, 2010).

O socialismo com características chinesas, definição utilizada pelos próprios membros do Partido Comunista Chinês, deriva do caminho revolucionário travado pelas classes sociais do país. Não se limitando ao marxismo científico, esta experiência, ao levar em conta as condições materiais de existência, testando alternativas heterodoxas e novas soluções conforme o surgimento de novos desafios, é marcada pela originalidade (POMAR, 2015).

Originalidade essa que leva à confusão até mesmo os marxistas ortodoxos, acreditando que a China já abandonou o caminho do socialismo e atualmente é uma economia capitalista.

Isto porque, a economia chinesa combina formas capitalistas (estímulo a concorrência, participação de estatais no mercado e reformas salariais com foco na produtividade) e formas socialistas (propriedade da terra sob controle estatal, sistema financeiro controlado pelo Estado e domínio do setor estatal no encadeamento da economia), caracterizando a originalidade da experiência socialista na China (POMAR, 2015).

O entendimento mais abrangente da realidade chinesa só é possível ao levar em conta sua formação social, com sua singularidade gestada na interseção entre o modo de produção e seus desdobramentos na formação social. Neste caso, a formação social chinesa; formando assim a base material (JABBOUR, 2010).

Explicando a ação particular do modo de produção ao entrar em contato com uma formação social, Santos (1982) afirma que o modo de produção torna-se concreto sobre uma base territorial historicamente determinada, isto acarreta uma ação seletiva que reforça a especificidade dos lugares.

Fica claro a interdependência entre modo de produção e formação social, sendo esta última a qual Jabbour (2010) defende que se deve partir a análise do processo, permitindo a compreensão de sua singularidade. Em Mamigonian (2008) e Pomar (2015) vemos que o sentimento igualitário e de nacionalidade são marcas históricas do povo chinês, assim como, a centralização e intervenção de um Estado de origem milenar. A partir do Estado centralizado, foi possível unificar a língua, a moeda, o sistema de pesos e as comunicações.

O sentimento de igualdade remonta as antigas comunidades aldeãs, epicentro de revoltas diante má gestão administrativa. Enquanto que a unificação da China, muito antes das nações europeias, originou o antigo sentimento de nacionalidade entre os chineses. Outro traço marcante, a intervenção estatal na esfera econômica ocorre desde a China imperial ao reorganizar a estrutura agrária com políticas de distribuição mais igualitária das terras cultiváveis e modificações no sistema produtivo alimentar (MAMIGONIAN, 2008).

Após diversas revoltas e revoluções da sociedade chinesa, o Partido Comunista Chinês – PCCCh tem prezado pela estabilidade social e política como meio indispensável para realizar as reformas e alcançar as etapas de desenvolvimento. Para isso, vem buscando conciliar o desenvolvimento econômico e a melhoria dos padrões de vida da população (POMAR, 2003).

A projeção no comércio mundial que a China possui hoje, muito se deve a planejada Abertura Econômica de 1978, promovida por Deng Xiaoping. Sempre de modo gradual e com objetivos estratégicos, a abertura buscou incorporar tecnologia estrangeira, visando a etapa posterior de desenvolvimento tecnológico autônomo. Nesse contexto estão as Quatro Modernizações (Agricultura, Indústria, Forças Armadas e Ciência e Tecnologia), idealizadas

por Chu En Lai, colega de Deng Xiaoping no PCCh. A incorporação tecnológica vem acompanhada do incentivo à concorrência interna entre os setores estatal e privado a fim de dinamizar a base econômica. A criação das primeiras Zonas Econômicas Especiais ocorreu no litoral, voltadas para o Pacífico, e ainda no final dos anos 1980 todo o litoral da China tornou-se uma grande ZEE. Sob a lógica gradualista, o litoral foi o foco da política de desenvolvimento regional nos anos 1980, visando o consecutivo desenvolvimento das demais regiões da China nas décadas seguintes. Modernizações que enfrentaram resistências da velha guarda do regime (OLIVEIRA, 2003; JABBOUR, 2010).

O processo de internalização de tecnologia com os acordos de *joint venture* tem a maciça presença de empresas estatais que coexistem com outras formas de propriedades, seja privada ou capital misto, de origem nacional ou estrangeira. Incorporando inclusive métodos modernos de administração, para reduzir a burocracia o governo chinês tem feito a separação entre gestão e propriedade das estatais (JABBOUR, 2010).

Observa-se que a entrada da China na economia mundial foi autônoma, planejada e não seguiu o receituário neoliberal, acatado por diversos países da periferia capitalista. Graças a sua autonomia econômica e política a China tem alcançado altas taxas de crescimento do PIB desde 1978 (Tabela 1).

Tabela 1 – Taxa de crescimento do PIB da China em percentual (1978-2017)

1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
11,1	7,6	7,8	5,2	8,9	10,8	15,1	13,4	8,9	11,7
1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
11,2	4,2	3,9	9,3	14,2	13,9	13,1	10,9	9,9	9,2
1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
7,8	7,7	8,5	8,3	9,1	10,0	10,1	11,4	12,7	14,2
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
9,7	9,4	10,6	9,6	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	6,8

Fonte: Banco Mundial - World Development Indicators, 2019.

Desde a reforma de 1978 com a Abertura Econômica, ao longo dos últimos 40 anos em tela, a China registrou uma taxa média de crescimento de 9,6%. Desses, foram 16 anos registrando um crescimento do PIB acima dos dois dígitos. Vale destacar que taxas como essas dificilmente são mantidas por tão longo tempo, atualmente as economias do centro do sistema mal chegam aos 3% de crescimento. Traçando um paralelo com o Brasil, a última vez que o país alcançou taxa semelhante foi em 1973, registrando 11,4% de crescimento, durante o

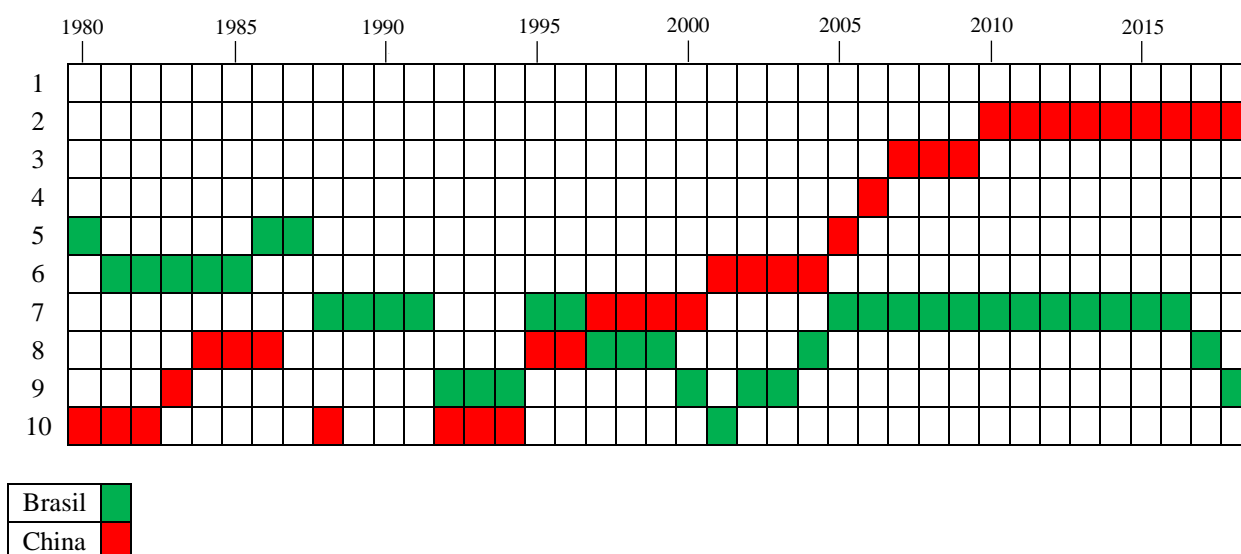
chamando Milagre Econômico entre 1968-1973, com o Brasil figurando ao lado de Japão e URSS entre as nações de maior crescimento do mundo até 1980 (RANGEL, 1985).

Outra questão que chama a atenção na Tabela 1 é que logo após a entrada da China na OMC, em 2001, os índices de crescimento retornam à casa dos dois dígitos, período que ficou conhecido pelo *boom* das *commodities*, impulsionado principalmente pela demanda da China para sua indústria de exportação e da Índia.

A demanda dos dois grandes mercados que estão entre os maiores importadores mundiais elevou o preço das *commodities*, beneficiando a economia brasileira com a melhoria nas vendas externas e resultando em boas taxas de crescimento do PIB, mesmo com a crise mundial de 2008. Em 2010, o PIB do Brasil alcançou a taxa de 7,5%, a maior desde a década de 1980.

Por longos anos de crescimento acelerado do PIB e inspirada no modelo econômico japonês de grande fluxo de importação e exportação de mercadorias, a China saltou de uma participação no PIB mundial de 5% em 1949, para 18,6% em 2018, além de ser o país com maior participação na exportação mundial de mercadorias com 12,7%. Em 2007 ultrapassou a Alemanha ocupando o posto de terceira maior economia do mundo, em 2010, sucedeu o Japão como segunda maior economia do mundo (Gráfico 1) e com previsão de pôr fim a liderança dos Estados Unidos até 2030 (CASTRO, 2018; MAMIGONIAN, 2018).

Gráfico 1 - Ranking de Brasil e China entre as 10 maiores economias do mundo



Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators, 2019.

Resultante do planejamento estatal de longo prazo, o vultoso crescimento econômico chinês pós-reformas, dobrando o tamanho da economia a cada 7 anos, tirou o país da décima para a segunda colocação entre as maiores economias do mundo no espaço de três décadas.

Entre essas reformas houve o reordenamento da atuação estatal e privada na economia com a inclusão de sociedades por ação, associação entre Estado e investidores privados e redefinição dos limites da propriedade estatal, por exemplo. Até 1985, o comércio exterior da China era realizado apenas por estatais (OLIVEIRA, 2008).

No caso do Brasil, observa-se um declínio ao considerar o período destacado. Desde os anos 1980, quando o país abandona a experiência do planejamento, iniciada com a Revolução de 1930, e adota as recomendações do FMI, dando prioridade ao combate à inflação com congelamento de preços e estabelecendo a âncora cambial, cai da quinta colocação entre as maiores economias do mundo e nas décadas seguintes fica oscilando entre a décima e a sétima colocação.

Concorreu para isso não apenas o abandono do planejamento estatal, mas inclusive, a entrega do patrimônio nacional com a venda de estatais estratégicas e a abrupta abertura econômica que colocou a indústria nacional em condições desvantajosas. Medidas encampadas pelos governos neoliberais dos anos 1990, indo em direção completamente oposta ao caso da China. Foi inclusive nesta década, que a China ultrapassou o Brasil como maior economia. No quadro econômico mundial, isto repercutiu na queda da participação do Brasil no PIB mundial que era de 4,5% em 1980 caindo para 2,5% em 2018 (CASTRO, 2018).

Marcado por uma trajetória econômica *stop-and-go*, o Brasil apresenta momentos intercalados de crescimento e recessão, com o direcionamento da economia nacional disputado entre a burguesia nacional mais aliada ao capital estrangeiro e a burguesia nacional aliada aos interesses nacionais. No cenário macroeconômico do país isto vai refletir em períodos com maior favorecimento a entrada de capital estrangeiro seja para fins de especulação financeira, compra de empresas nacionais ou quebra de monopólio nacional em determinados nichos de mercado com a entrada de empresas estrangeiras; e períodos onde se prioriza a indústria nacional, incentivo a participação de empresas nacionais no mercado estrangeiro e políticas de conteúdo nacional, como foi visto nos governos do PT (MAMIGONIAN, 2018).

Sob o ponto de vista político e considerando apenas a conjuntura interna, a disputa entre os grupos da burguesia nacional pelo comando político do país tem marcado a instabilidade econômica brasileira. Na China, a estabilidade política sob o regime unipartidário tem sido uma premissa para a boa condução econômica e o alcance dos objetivos de longo

prazo, visando conciliar o crescimento econômico e a elevação do padrão de vida da população (JABBOUR, 2010).

Quando falamos de elevação do padrão de vida da população, no caso chinês, o esforço é multiplicado. Trata-se de um país com quase 1,4 bilhões de habitantes, e destes, cerca de 576 milhões vivendo em áreas rurais. Na experiência chinesa em levar desenvolvimento ao campo, tem destaque as Empresas de Cantão e Povoado – ECP, de âmbito municipal e sob gestão cooperativa, tem colocado as áreas rurais em base industrial e dotadas de infraestrutura urbana. Reduzindo gradativamente as dispendiosas e pouco produtivas atividades do complexo rural (JABBOUR, 2010; CHINA, 2018).

Sobre a abertura do complexo rural, Rangel (2005) comenta que a cada atividade saída deste complexo, onde o camponês se dedica a múltiplas tarefas, significa tanto a especialização da atividade que sai como o aumento da especialização do próprio complexo rural. Dispondo cada vez mais de tempo para se ocupar em atividades especializadas, a agricultura vai se desenvolvendo rumo a especialização industrial.

É o que se observa na pesquisa de Jabbour (2010) ao comentar a contribuição das ECPs para o desenvolvimento econômico atual e futuro da China, tendo em vista a absorção do excedente da mão de obra nas vilas e a expressiva parcela da população em áreas rurais a serem absorvidas. Essas empresas de moldes industriais têm participação relevante nas exportações chinesas, e no mercado interno estão voltadas para nichos de mercado não explorado por empresas estatais ou privadas. Desenvolvendo as atividades produtivas, elevando o nível dos salários e levando a melhorias na infraestrutura, observa-se sob o ponto de vista espacial, a incorporação das vilas rurais adjacentes pelas vilas mais prósperas com presença das ECPs.

Ciente desses fatos, evitamos o equívoco de associar o enorme contingente populacional rural da China, que era de 576 milhões em 2017, a condições de pobreza. Associação que costumamos fazer ao tratar da população rural em determinadas regiões do Brasil (CHINA, 2018).

Desde 1978, 700 milhões de habitantes da zona rural saíram da condição de pobreza e 260 milhões deixaram o campo rumo as cidades, isto é, um contingente de pessoas maior que a população do Brasil com cerca de 210 milhões de habitantes (CANZIAN e ALMEIDA, 2019). É como se a atual população brasileira, mais um excedente de 50 milhões de pessoas, deixassem a zona rural num espaço de tempo de 42 anos.

Entre 2005 e 2010, a desigualdade entre campo e cidade começou a reduzir na China, tornando-se um país menos desigual que o Brasil. Ainda que as ECPs não sejam propriedade estatal, o governo chinês incentiva o ingresso do camponês em atividades fabris através de

financiamento. No ano de 2019, 3,4% do orçamento público chinês foi destinado ao combate à pobreza (JABBOUR, 2010; CANZIAN e ALMEIDA, 2019).

No cenário mundial, a China não quer ser mais vista como um país agrário e manufaturas de baixo valor agregado. Parte desse esforço é constatado a partir das inovações quando, em 2013, o país registrou mais patentes que os Estados Unidos. Após desenvolver todo o seu edifício industrial, recentemente o país vem se destacando no setor de tecnologia de ponta, chegando a rivalizar com os Estados Unidos, a exemplo da tecnologia de internet móvel 5G da Huawei (MAMIGONIAN, 2018).

A estratégia tecnológica está traçada no plano *Made in China 2025* que pretende dar um salto tecnológico na manufatura chinesa tirando-a da condição de montagem e produção para posições de maior valor agregado como a inovação e propriedade tecnológica. O plano prioriza setores a serem desenvolvidos (robótica, informática, transportes e aeronáutica e espaço) e busca integrar as indústrias tradicionais a alta tecnologia. Isto porque a China tem consciência que, nas condições atuais, a manutenção do crescimento econômico expressivo requer a atualização do setor manufatureiro, evitando que o país fique preso à condição de país de renda média. Caracterizada pela combinação da elevação da mão de obra e desaceleração do crescimento econômico, como é o caso brasileiro (LI, 2018).

Resultado disso é verificado na projeção mundial que as empresas chinesas alcançaram nos últimos anos. Destacando-se a Lenovo, líder mundial na venda de computadores e lucratividade do setor, Midea, líder mundial em eletrodomésticos e a Huawei, maior fornecedora de redes e equipamentos de telecomunicações do mundo. Outro destaque é o desenvolvimento do sistema próprio de navegação por satélite chamado Beidou, com precisão milimétrica, mais preciso que o sistema americano GPS com precisão em torno de 20-30 centímetros.

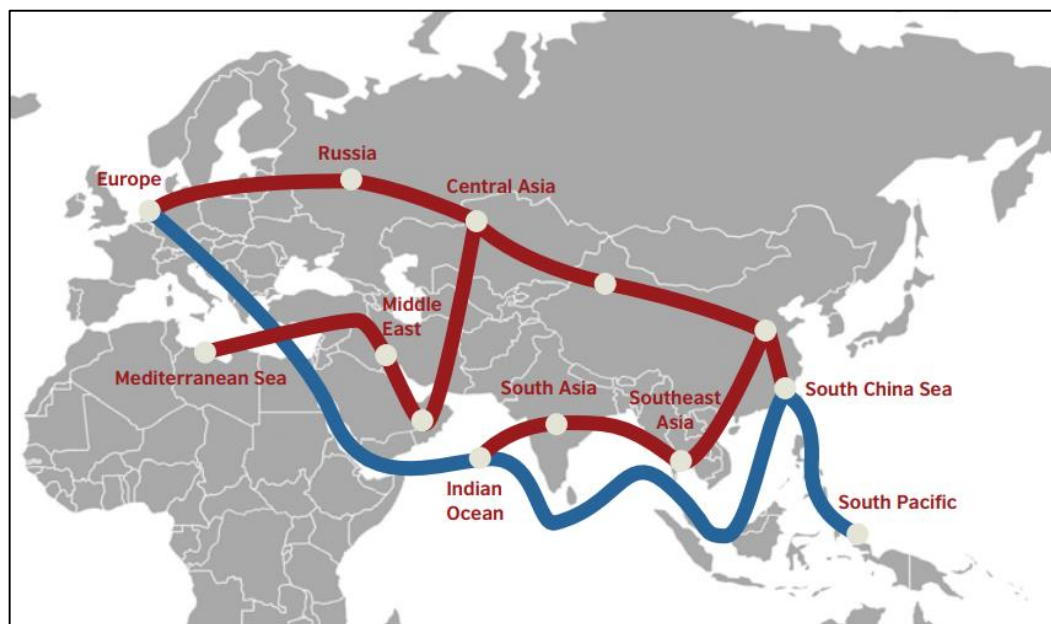
A China é um país que busca sua independência tecnológica em todos os ramos, inclusive na área espacial. Apenas em novembro de 2019, o país realizou sete lançamentos de satélites, dedicados ao sistema Beidou, mapeamento 3D, planejamento urbano e monitoramento de desastres (CGTN, 2019).

As recentes missões chinesas bem sucedidas na Lua têm influenciado nas mudanças do programa espacial norte-americano ao priorizar o retorno do homem à Lua ainda nesta década através do programa Artemis. Fato que relembra a disputa espacial da Guerra Fria entre Estados Unidos e a antiga URSS. São estas iniciativas de autonomia e desenvolvimento tecnológico que estão no centro da guerra comercial Estados Unidos-China, com o país

buscando restringir a aquisição de suas empresas pela China para evitar o acesso à tecnologia para fins de atualização industrial (LI, 2018).

Assim como a antiga URSS ampliou sua influência política para os países vizinhos, a China vem repetindo esta ação, de maneira mais evidente desde a última década. Com destaque a Iniciativa Cinturão e Rota – ICR (Figura 1), um projeto de integração econômica, estratégica e cultural lançado em 2013 pelo presidente chinês Xi Jinping. A China não nega que a ICR não se limita apenas a uma estratégia econômica, mas também, uma estratégia geopolítica e de alcance muito maior que a da então URSS. Abrangendo mais de 70 países por três continentes e dois terços da população mundial, a ICR é o maior projeto econômico em execução no mundo. Estima-se mais de 1 trilhão de dólares em financiamento externo entre 2017 e 2027 através de parcerias com bancos estatais chineses, bancos multilaterais de desenvolvimento e parcerias público-privadas (OECD 2018; MAMIGONIAN, 2018).

Figura 1 – Rota da Seda do século XXI



Fonte: China-Britain Business Council, 2017.

A ICR inclui a antiga Rota da Seda continental e a atual rota marítima da seda, destacada em azul. Em território chinês a província mais afetada será a de Xinjiang, noroeste da China, conectando-a ao porto de Gwadan no Paquistão, utilizado para fins comerciais e militares. A China vem buscando alterar o jogo da cooperação econômica internacional, historicamente focado apenas a esfera econômica e ditado pelas potências globais. A partir do documento da OECD (2018) percebe-se a intenção chinesa através do discurso de Xi Jinping ao afirmar que:

A China promoverá ativamente a cooperação internacional através da Iniciativa de Cinturão e Rota. Ao fazer isso, esperamos alcançar políticas, infraestrutura, comércio e conectividade pessoa a pessoa, criando uma nova plataforma de cooperação internacional para criar novos direcionadores de desenvolvimento compartilhado (OECD, 2018, p.4).

A estratégia chinesa vem acompanhada dos princípios de respeito a soberania e a integridade territorial, dos sistemas sociais e da não interferência em questões internas dos países. Através da sua estratégia econômica e geopolítica, a China trouxe novos exemplos de relações bilaterais e multilaterais onde, todos os países são iguais e nenhuma potência pode ditar seu comportamento, o poder mundial não pode ser monopolizado, e o relacionamento econômico deve assegurar as respectivas modernizações dos países. Uma visão que promete alterar a ordem mundial (OLIVEIRA, 2008).

Diferente dos Estados Unidos, a China firma parceria com os países sem interferir em seus assuntos internos, colocando as decisões pragmáticas no lugar de posicionamentos ideológicos e estabelecendo relações econômicas *ganha-ganha*, baseadas no interesse mútuo. Resultante de uma parceria estratégica firmada em 2000, a presença chinesa vem conquistando cada vez mais espaço no continente africano (incluído na ICR), investindo em infraestruturas em troca de matérias-primas, tão necessárias para a gigantesca economia da China (OLIVEIRA, 2008).

O crescimento do investimento chinês também vem ocorrendo na América Latina, embora a região não esteja diretamente ligada a ICR. Desde 2005 as relações econômicas e diplomáticas da China com a região têm se intensificado, ainda que seja considerada baixa se comparada as demais regiões do mundo. Entre 2005 e 2018, a América Latina foi a terceira principal região do mundo em investimento externo chinês no setor de construção (OECD, 2018).

O intermédio principal da aproximação da China com a região se deu pela Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC, onde foi estabelecido diálogos de altos níveis. Fato que mostra a crescente relevância da região na diplomacia econômica global da China. Vale destacar, que os financiamentos chineses aos países latino-americanos já superaram o do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Por outro lado, ao analisar o recente papel brasileiro de subordinação diplomática aos interesses norte-americanos, abandonando sua posição de membro da CELAC no início de 2020, fica a incógnita de até onde a decisão pode depreciar as relações estratégicas e econômicas do Brasil com a China (MAIA, 2019).

Considerando tais desdobramentos, o artigo tem como objetivo analisar a dinâmica das relações econômicas entre o estado de Alagoas e a China no período 2003 a 2019, as repercussões na economia alagoana e suas características. Ao relacionar os aspectos externos repercutindo no contexto interno do estado de Alagoas, busca não se limitar a elementos quantitativos, ligados a balança comercial.

O recorte temporal entre os anos 2003 a 2019 abrange o primeiro ano de fluxo comercial direto Alagoas-China, registrado no banco de dados do Ministério da Economia, e o ano que antecede os impactos comerciais causados pela pandemia de Covid-19. A escolha do recorte temporal se justifica por abranger inclusive os períodos de crescimento e recessão da economia estadual, inerentes a dinâmica econômica nacional.

A pesquisa bibliográfica é baseada principalmente em autores que estudam o desenvolvimento econômico e social da China, destacando Jabbour (2010; 2019), Pomar (2003; 2015) e Mamigonian (2018), trazendo uma visão de processo a partir da Geografia Econômica. Sob o materialismo histórico, a obra dos referidos autores, ajuda a desmistificar o processo de desenvolvimento chinês, visto comumente como algo espontâneo. A cultura e o processo histórico revolucionário do povo chinês são inerentes ao desenvolvimento intencional e planejado da China.

Em Chang (2004), ao analisar a estratégia de desenvolvimento das tradicionais potências econômicas, contribui com a análise desta pesquisa sobre o amadurecimento do desenvolvimento planejado da China, sendo indispensáveis nesta análise, as obras dos autores mencionados no parágrafo anterior. Sobre a economia do estado de Alagoas, Carvalho (2019; 2020) com diversos estudos a nível estadual, aborda as particularidades da economia alagoana com seus desafios internos e externos para o desenvolvimento.

O levantamento estatístico é oriundo do banco de dados de órgãos oficiais e associações comerciais, como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Ministério de Economia; Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – Seplag/AL; Confederação Nacional da Indústria – CNI e Novo Banco de Desenvolvimento - NDB. Os dados do comércio de exportação e importação foram extraídos do sistema Comex Stat versão 2.0.3 do Ministério da Economia. A listagem dos produtos utilizou como parâmetro o Sistema Harmonizado – SH, sistema único mundial de designação e codificação de mercadorias.

A espacialização dos dados de exportação e importação por municípios de Alagoas utilizou o software de geoprocessamento QGIS versão 3.10.11. A categorização dos produtos por intensidade tecnológica utilizou a classificação da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico – OCDE, em Rueda e Verger (2016), onde categorizaram os produtos em cinco níveis de intensidade tecnológica.

O trabalho está dividido em 3 tópicos envolvendo a multiescalaridade e as múltiplas determinações, tão pertinentes a Geografia. O primeiro tópico aborda brevemente as estratégias de desenvolvimento das tradicionais potências mundiais (Inglaterra, Estados Unidos e Japão) com seus traços de similaridade e particularidade, e a recente e complexa estratégia de desenvolvimento chinesa.

O tópico 2 contextualiza o fortalecimento da relação comercial entre Brasil e China na primeira década do século XXI, resultante da diplomacia independente e aliada ao interesse nacional conduzida pelo governo brasileiro. É visível que tais desdobramentos são de grande importância na formação do BRICS, fortalecendo a presença do Brasil no cenário mundial e reduzindo sua dependência das instituições de Breton Woods. Este tópico é necessário à compreensão da presença chinesa na economia do estado de Alagoas e suas relações comerciais no século XXI, tratadas no tópico seguinte.

O último tópico, analisa a balança comercial alagoana com a China, tanto pela via exportadora quanto pela via importadora, detalhando sua participação no total da balança comercial do estado, os principais produtos que compõem a pauta comercial e a participação dos municípios alagoanos no comércio bilateral. As exportações e importações tratadas no tópico 3 são atreladas ao dinamismo da economia do estado de Alagoas, contribuindo para atrair recentes investimentos chineses.

1. A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DAS POTÊNCIAS MUNDIAIS E A RECENTE EXPERIÊNCIA CHINESA

Para compreender o estágio de desenvolvimento que a China alcançou até o momento é preciso levar em conta sua estratégia autônoma de desenvolvimento. Para seguir na esteira do pleno desenvolvimento econômico, as potências mundiais adotaram estratégias próprias de desenvolvimento, envolvendo muitas vezes o âmbito econômico, político e institucional. Sob perspectiva histórica, estas ações são abordadas na obra de Chang (2004) *Chutando a escada*, onde explica como as principais potências mundiais alcançaram esse status e como tentam ideologicamente impedir que os países em desenvolvimento sigam uma trajetória semelhante.

Nesta breve exposição, os casos foram limitados a Inglaterra, Estados Unidos e Japão, antes de detalhar a recente experiência da China. O primeiro caso de ampla estratégia intencionada de desenvolvimento ocorre na Inglaterra pré-capitalista. Em meados do século XV, a restrita pauta de exportação e a dependência de tecnologia europeia, marcavam o baixo

grau de desenvolvimento da economia inglesa. Adotando uma política de fomento à indústria nascente, as ações contaram com o aumento de tarifas alfandegárias, contratação de mão-de-obra especializada estrangeira e investimento na supremacia naval. Ações com o objetivo de estimular o desenvolvimento industrial mediante a proteção de seu mercado interno e a conquista de novos mercados (CHANG, 2004).

O primeiro setor industrial a incorporar inovações técnicas foi o têxtil, obtendo ganhos de produtividade e suprindo à crescente demanda externa, através de monopólios comerciais garantidos por sua marinha mercante. Muito além de uma revolução técnica, sua difusão nos séculos XVIII e XIX, repercutiu em transformações na estrutura fabril e nas relações sociais de produção, marcando a longa transição para o modo de produção capitalista (DOBB, 1983).

Chegando ao auge econômico e com sua hegemonia mundial incontestável, a Inglaterra do século XIX cumpriu a estratégia de tornar-se uma nação industrializada e com comércio robusto, exportando manufaturados e importando matéria-prima. Parte fundamental desse processo foram as políticas comerciais implementadas, suspendendo as tarifas de matérias-primas importadas pela indústria, subsídios à exportação, elevação de tarifas para bens manufaturados e implementação de controle de qualidade de bens manufaturados (CHANG, 2004).

O caso do desenvolvimento inglês é caracterizado pelo protecionismo industrial através de tarifas alfandegárias elevadas e duradouras. Fator que favoreceu sua supremacia industrial e tecnológica. A Inglaterra só abdicou das tarifas e passou a propalar o livre-comércio, na segunda metade do século XIX, após sua indústria estar plenamente desenvolvida e ter quebrado a manufatura de diversos países via tratados comerciais desiguais. Após a crise de 1929, quando o liberalismo não estava mais em voga, a Inglaterra reinstituíu as tarifas alfandegárias (CHANG, 2004).

A chegada do século XX marca a ascensão dos Estados Unidos ao posto de maior potência mundial, substituindo a Inglaterra. Desde o século XIX a economia norte-americana foi a que mais cresceu no mundo e os primeiros sinais rumo a posição de potência hegemônica surgem na passagem entre os séculos XIX e XX com o país tornando-se a maior potência industrial e o maior credor mundial [posição ocupada atualmente pela China] (CHANG, 2004; JABBOUR, 2019).

Sua estratégia de desenvolvimento revela-se mais complexa se comparada à Inglaterra. Os Estados Unidos jamais zeraram completamente suas tarifas, a proteção e os subsídios contemplaram tanto a indústria como a agricultura, além de assumirem a prerrogativa das sanções comerciais unilaterais através das tarifas anti-dumping (CHANG, 2004).

Contudo, o protecionismo não foi a única estratégia adotada pela política de desenvolvimento dos Estados Unidos. Fazendo parte inclusive, investimentos em pesquisa agrícola e infraestrutura de transporte. Convém destacar que desde 1869 o país já dispunha da ferrovia transcontinental, ligando a costa do Atlântico à costa do Pacífico, e na década de 1890, a extensão da malha ferroviária já era maior que a europeia (CHANG, 2004; LÊNIN, 2011; MARSHALL, 2018).

A construção das ferrovias, a marcha para o oeste anexando novos territórios e a especulação de terras sob a legislação de propriedade rural de 1862 foram a outra face do estímulo econômico no século XIX. Em reflexo a expansão econômica, os Estados Unidos passam a usar o poder político e militar na concorrência comercial externa. Após a Guerra Hispano-Americana de 1898, dominou as antigas colônias espanholas no Caribe e no Pacífico e com a inauguração da estratégia *Open Door*, no século XX, forçou a abertura de portos japoneses aos comerciantes americanos (BANDEIRA, 2017; MARSHALL, 2018).

A produção industrial excedendo a demanda interna estimulou o interesse naval dos Estados Unidos no Pacífico, tendo nas Filipinas o centro logístico asiático. Parte desse interesse era motivado pelo rico comércio na China. Sob a ideologia do Destino Manifesto, os Estados Unidos iam conquistando o mundo, e em 1914, finalmente inaugura o Canal do Panamá, facilitando o comércio entre o Atlântico e o Pacífico (BANDEIRA, 2017).

Com a devastação da Europa pela Segunda Guerra Mundial e a implantação do Plano Marshall para a sua reconstrução, os Estados Unidos assumem incontestavelmente o lugar de potência hegemônica do mundo capitalista. Mesmo com sua indústria assumindo a primazia comercial e tecnológica no pós-guerra, os Estados Unidos não aboliu os incentivos à indústria, sobretudo do complexo militar, responsável por difundir as inovações tecnológicas por toda a cadeia industrial (CHANG, 2004).

Por se tratar de um país de desenvolvimento tardio do capitalismo, o Japão não se limitou em copiar as estratégias das antigas potências, com suas políticas envolvendo desde o desenvolvimento da indústria ao capital humano. A estratégia de desenvolvimento japonesa é marcada por sua forma menos direta e mais sofisticada de intervenção estatal. Diferente das duas nações mencionadas anteriormente, o Japão recorreu a uma proteção tarifária seletiva, visando o desenvolvimento de indústrias-chave. Marcas de uma industrialização tardia que necessitava do papel fundamental do Estado para o seu rápido desenvolvimento (CHANG, 2004).

Além disso, o Estado atuou no financiamento da infraestrutura e com um planejamento mais sofisticado implementou subsídios à exportação, regulamentou o fluxo de investimentos

e criou políticas de desenvolvimento de capital humano através da qualificação da mão-de-obra, investimentos em educação e Pesquisa e Desenvolvimento. Estas ações, em conjunto, permitiram ao Japão superar o seu passado feudal e o estrangulamento econômico, marcado pela imposição de tratados desiguais pelas antigas potências econômicas (CHANG, 2004).

O Japão do pós-guerra é marcado também pela resposta ao esgotamento do modelo fordista, graças ao novo método de produção, o toyotismo. Com as inovações do *just in time*, *Kanban* e mão-de-obra multifuncional as empresas contaram com maior flexibilidade na produção e no trabalho, adequando-se melhor à demanda do mercado. Essas inovações permitiram lucros com ganho de produtividade e alimentaram um círculo virtuoso de aumento de produtividade e aumento de investimento. O rápido desenvolvimento econômico levando a ampliação do mercado interno tornaram o Japão na segunda maior economia do mundo, alcançando o posto de maior credor do mundo em meados dos anos 1980 e tornando-se uma ameaça a liderança mundial dos Estados Unidos (CORIAT, 1994; TAVARES, 1996).

Com a economia fortemente atrelada à exportação e uma indústria competitiva, notadamente a automobilística, permitiu ao Japão acumular superávits comerciais com os Estados Unidos, chegando a 51 bilhões de dólares nos anos 1980. A reação norte-americana veio através de quotas de importação aos veículos japoneses e a imposição do Acordo de Plaza em 1985, causando a valorização do iene e conseqüentemente reduzindo as margens de lucro do setor exportador e da taxa de crescimento da economia japonesa (TAVARES, 1996).

Diante do novo cenário, as empresas produtivas se lançaram em operações especulativas buscando manter as margens de lucro, e a subsequente liberalização do mercado financeiro levou a crise econômica dos anos 1990, conhecida por crise asiática. Desde então, o Japão perdeu o protagonismo econômico regional e jamais recuperou o dinamismo dos anos 1980. Após a crise asiática, o dinamismo regional é puxado pela economia chinesa (TAVARES, 1996).

A via chinesa de desenvolvimento é marcada pelo mercado e planejamento, através do Estado promovendo arranjos e rearranjos entre as atividades privadas e estatais. De economia altamente planificada, o socialismo de mercado é o conceito empregado pelo governo chinês para indicar a etapa atual de desenvolvimento rumo ao modelo socialista (JABBOUR, 2019). No início deste trabalho foram discutidos os efeitos econômicos e a ação geopolítica da China resultante de um Estado planejador. Nesta seção, a discussão está voltada aos aspectos da estratégia de desenvolvimento chinesa e os efeitos endógenos nas últimas décadas.

Essa trajetória envolve a complementariedade entre acumulação de capital, progresso técnico e evolução institucional. No socialismo de mercado chinês, também chamado de

economia do projetamento, há um setor estatal dominante na economia capaz de difundir rapidamente as inovações entre os demais setores. A ampla presença da propriedade estatal dos meios de produção permite enfrentar as incertezas do mercado sem grandes empecilhos e afastar os poderosos interesses privados da estratégia de Estado em promover o progresso social e uma posição internacional autônoma (CINTRA e PINTO, 2017; O SISTEMA..., 2020).

No âmbito das reformas institucionais, a Reforma de 1978 buscando uma solução própria para os impasses do modelo socialista, cujo os efeitos foram abordados na seção anterior, realizou a transição de uma economia centralmente planejada a uma economia com maior liberdade mercantil (sem abandonar o papel estratégico do setor estatal), reformou o sistema de preços instituindo o *dual track system*, ou seja, um sistema de preços de mercado e outro administrado pelo Estado, seguido por uma reforma fiscal que garantiu maior autonomia às províncias. Sob a estratégia social, a Reforma de 1978 recompôs o pacto entre as classes camponesa e operária, garantindo a manutenção do PCCh no comando da nação e no desenvolvimento dos objetivos estratégicos de longo prazo (JABBOUR, 2019).

A década de 1980 é marcada pela preparação do território para a modernização, através das Zonas Econômicas Especiais¹, e acompanhamento pelo Estado das repercussões da Reforma da 1978. Isto porque as reformas implementadas pelo PCCh, sob a orientação de longo prazo, são graduais, pragmáticas e implementadas de forma experimental antes de serem difundidas, dando margem para o Estado avançar ou recuar quando necessário (CINTRA e PINTO, 2017).

Com o avanço do setor privado na economia, operando fora do sistema de preços estatais, impulsionou o acúmulo de capital, viabilizando a formação de um sistema financeiro capaz de financiar o desenvolvimento de longo prazo. Por outro lado, o avanço privado na economia deu maior fôlego ao Estado para atuar na planificação em níveis mais sofisticados (JABBOUR, 2019).

As reformas estatais continuam nos anos 1990 com destaque a transformação na estrutura e gestão das empresas, capital humano e política cambial. Através da fusão e privatização de várias pequenas empresas estatais, formou-se um conglomerado com 149 empresas estatais. Visando a melhoria da competitividade, incorporação das inovações e redução da estrutura burocrática, houve a separação entre gestão e propriedade das estatais.

¹ A cidade de Shenzhen foi a primeira ZEE. Criada em 1979, responde atualmente por 90% da produção mundial de eletrônicos. Para mais detalhes ver: CHINA: a fábrica do futuro fica em Shenzhen. 2019. 1 vídeo (26 min). Publicado pelo Canal Futura. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=b4ui7_IrlSg.

Acompanhando essas mudanças, houve a qualificação dos quadros empresariais-administrativos dessas empresas (JABBOUR, 2019).

Diante dessa reorganização, o Estado chinês focou nas políticas macroeconômicas como a esfera fiscal, monetária e comércio exterior, e no lançamento de novas formas de planificação econômica. Sua política cambial promoveu a desvalorização da moeda em 1994, indo na contramão das imposições dos Estados Unidos para a região asiática, cujo maior prejudicado foi o Japão. Essa desvalorização permitiu que a China se beneficiasse dos investimentos externos e do comércio regional mesmo após a *endaka*², cujo maior investidor externo no período foi o Japão (MEDEIROS, 2004; JABBOUR, 2019).

A manutenção do controle de capitais e da coordenação econômica é a resposta chinesa a não submissão das políticas neoliberais, isto possibilitou a continuidade do crescimento econômico e se tornar o novo motor da economia regional após a crise dos anos 1990 (MEDEIROS, 2004).

Após cada momento de inovações institucionais, surgem novos parâmetros de atuação estatal. Testada e difundida a experiência das ZEE's pelo litoral da China, no final da década de 1990 é lançado o Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste, com o objetivo de difundir a tecnologia e o progresso econômico nas regiões mais atrasadas do país (JABBOUR, 2019).

Dando sequência a três décadas de reformas institucionais, em 2003, é criada a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Estado – Sasac. Com status ministerial e autorizada pelo Conselho de Estado a desempenhar o papel de investidor e orientar as reformas das empresas estatais, garantindo a contínua modernização do corpo empresarial estatal e o interesse estratégico do Estado paralelo à liberdade de atuação conforme o ritmo do mercado. Essa inovação com o advento da Sasac permitiu a separação entre a propriedade estatal e a gestão. A Sasac administra as grandes estatais, exceto do setor financeiro, inseridas nos setores-chave da economia como: energia, indústria aeroespacial e militar, tecnologia da informação, máquinas e materiais de construção. Juntas, representam cerca de 30% do PIB chinês, porcentagem bem acima dos países desenvolvidos (CHINA..., 2003; JABBOUR, 2019).

Nos últimos anos, o dinamismo da economia chinesa é puxado pelos maciços investimentos em infraestrutura, concretizado através da integração regional com modernos sistemas de transporte e comunicação³, e adotado inclusive como medida anticíclica,

² Expressão japonesa para o período de valorização do iene entre 1985-1995 (MEDEIROS, 2004).

³ A China construiu a maior rede mundial de 4G e vem liderando a pesquisa e aplicação da tecnologia 5G, além de ser líder mundial na construção de ferrovias de alta velocidade. Fonte: O 19º CONGRESSO Nacional do PCCh

principalmente a partir da crise mundial de 2008. Esses investimentos são garantidos por um forte setor financeiro, dotando o país com capacidade de autofinanciamento (JABBOUR, 2019).

Na conjuntura mais recente, a economia chinesa pode ser caracterizada como via de mão dupla se considerarmos que o país é o principal produtor de manufaturas e um grande consumidor de matérias-primas, produtos tecnológicos e máquinas e equipamentos. O Investimento Direto Estrangeiro no país é voltado tanto aos setores do mercado interno quanto do mercado externo. Acompanhando o processo de crescente projeção econômica no mundo, a continuidade das reformas estatais foi anunciada no 19º Congresso do PCCh com o presidente Xi Jinping ressaltando a importância de novas reformas para tornar as estatais mais fortes e mundialmente competitivas (MEDEIROS, 2004; O 19º CONGRESSO..., 2018).

A estratégia de internacionalização da China ocorre principalmente a partir de investimentos no exterior, através de infraestrutura e implantação de multinacionais. Aprofundando a conexão entre o sistema financeiro doméstico e internacional, em 2014, houve a integração da bolsa de valores de Xangai e Hong Kong. No mesmo ano, o renminbi se tornou a quinta moeda mais utilizada no mundo (CINTRA e PINTO, 2017).

Desse modo, a estratégia internacional chinesa evidencia a fusão entre a grande empresa e a grande finança, fatores que colocam o país como potência financeira. O status é corroborado pela posição do país como maior credor mundial e detentor de grandes reservas cambiais, quatro vezes maior que as reservas do FMI (JABBOUR, 2019).

2. A RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA E OS BRICS

Ao analisar a trajetória econômica brasileira, Rangel (2005) afirma que o Brasil tem o tropismo do desenvolvimento, com o seu polo externo sempre acompanhando o centro dinâmico mundial. Assim, historicamente o Brasil trocou a decadência econômica de Portugal pelo capital comercial da Inglaterra no início do século XIX, e pouco mais de um século depois, o capital comercial inglês pelo capital industrial norte-americano. Mudança de eixo observada pelo Barão de Rio Branco que buscou estabelecer boa relação com os Estados Unidos (BATISTA JUNIOR, 2013). Continuando o ciclo, o início do atual século XXI tem sido marcado pelo fortalecimento das relações comerciais Brasil-China, bem como, o aprimoramento da relação bilateral de ambos os países.

apresenta seu projeto. China Hoje, [s.l.: s.n.], 15 abril 2018. Disponível em: <http://www.chinahoje.net/o-19o-congresso-nacional-do-pcch-apresenta-seu-projeto-para-a-china/>.

O centro dinâmico mundial vem se deslocando gradualmente dos Estados Unidos e Europa para a Ásia. Movimento puxado pelo crescente dinamismo econômico chinês. Gradativamente o Brasil vem acompanhando esse movimento, notadamente a partir do século XXI, ao fortalecer a relação diplomática e intensificar a relação comercial com a China, em detrimento dos Estados Unidos e Europa.

Sob o ponto de vista interno, o início do século XXI é marcado pela retomada da política nacional desenvolvimentista, opondo-se ao neoliberalismo e valorizando a indústria nacional. Embora os governos do PT não tenham introduzido uma política industrial ampla, houveram políticas setoriais de desenvolvimento da indústria, a exemplo da recuperação da indústria naval, para apoiar as atividades de exploração da Petrobras no pré-sal.

A política industrial, segundo Frischtak (1993) é entendida como uma visão estratégica do futuro industrial envolvendo a ação planejadora em torno de objetivos em comuns entre o Estado, empresas, trabalhadores e sociedade civil, tendo por objetivo a competitividade e o emprego.

Embora o período que envolve a primeira década do atual século XXI tenha sido marcado pela reversão na política e uma diplomacia independente, não se pode descartar a ação estratégica da geopolítica norte-americana, buscando manter sob a órbita de sua influência uma potência regional e um país de dimensões continentais como o Brasil. Tal ação se tornou mais uma vez explícita a partir de 2016 com o fim do governo petista, levando o país a reintroduzir a política neoliberal dos anos 1990 e reorientar a diplomacia brasileira, submetendo-a aos interesses norte-americanos. Fatos recentes que arrefeceram o fortalecimento diplomático entre Brasil e China que levou quatro décadas de aprimoramento.

Historicamente as mudanças políticas e crises econômicas atuaram como um freio no avanço das relações diplomáticas entre Brasil e China, dificultando a ampliação do volume transacionado e a diversificação da pauta de importação. Contudo, ambos os países possuem pontos em comuns, oriundas do terceiro mundo e prezando pelo multilateralismo na diplomacia. As intenções de aproximação diplomática se tornaram veladas a partir dos anos 1960, quando João Goulart foi o primeiro governante brasileiro a visitar a China. Tradicionalmente a diplomacia Brasil-China preza pelo pragmatismo, superando as divergências ideológicas (BECARD, 2011; MAMIGONIAN, 2019).

Durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) com o chamado *pragmatismo responsável* houve a assinatura do primeiro acordo comercial, e no final dos anos 1980, a efetivação do Programa de Construção de Satélites Sino Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) se constituiu no maior projeto de cooperação conjunta na área de ciência e tecnologia

entre Brasil e China. Com mais de 30 anos de parceria, já foram construídos 6 satélites, o último lançado em dezembro de 2019 para observação terrestre (BECARD, 2011; INPE, 2019).

Após a crise asiática, o fim da paridade do real com o dólar no final dos anos 1990, junto as remodelações na política externa brasileira durante o governo Lula (2003-2010) houve o amadurecimento das relações entre os dois países. Com o papel autônomo da diplomacia brasileira frente as nações do centro do sistema e a estratégia de fortalecimento da atuação do Brasil no mundo, foi estabelecida agendas com a China em diversas áreas (comercial, política e estratégica). Entre elas, a Agenda China, a Comissão Sino Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) e o Plano de Ação Conjunta, envolvendo todas as áreas de cooperação bilateral (BECARD, 2011).

Promovendo o diálogo contínuo entre os representantes do setor privado e as autoridades governamentais, a Agenda China surge num momento extremamente oportuno na economia de ambos os países, quando entre 2005 e 2007 a corrente de comércio Brasil-China praticamente dobrou e suas economias cresceram no mesmo período, em média, 4,4% e 12,8%, respectivamente (BRASIL, 2008).

Entre os objetivos do documento estão o aumento da participação de produtos manufaturados na exportação para a China, exigindo a elevação do conteúdo tecnológico das nossas exportações; aumentar a participação brasileira na exportação mundial, considerando que a China é um grande mercado mundial; e identificar projetos no Brasil com potencial para relações bilaterais. Além disso, a Agenda China é um documento estratégico que elenca centenas de produtos com potencial de exportação a curto, médio e longo prazo, questões tarifárias e ações estratégicas em setores da economia (BRASIL, 2008).

Criada em 2004, paralelamente a Agenda China, a Cosban é o principal mecanismo de coordenação da relação bilateral Brasil-China, constituída por doze subcomissões coordenadas a nível ministerial, envolvendo desde a área político-econômica à educação e cultura, cujo objetivo é promover a implementação dos compromissos firmados por ambos os países e identificar novas modalidades de cooperação (ITAMARATY, 2019).

Decorrente das remodelações na diplomacia brasileira, a partir dos anos 2000 observa-se a intensificação da relação bilateral com a China, sendo mais frequente os encontros e acordos a níveis institucional, ministerial e de chefes de Estado. A tabela a seguir destaca os principais acontecimentos na relação Brasil-China na primeira década do século XX.

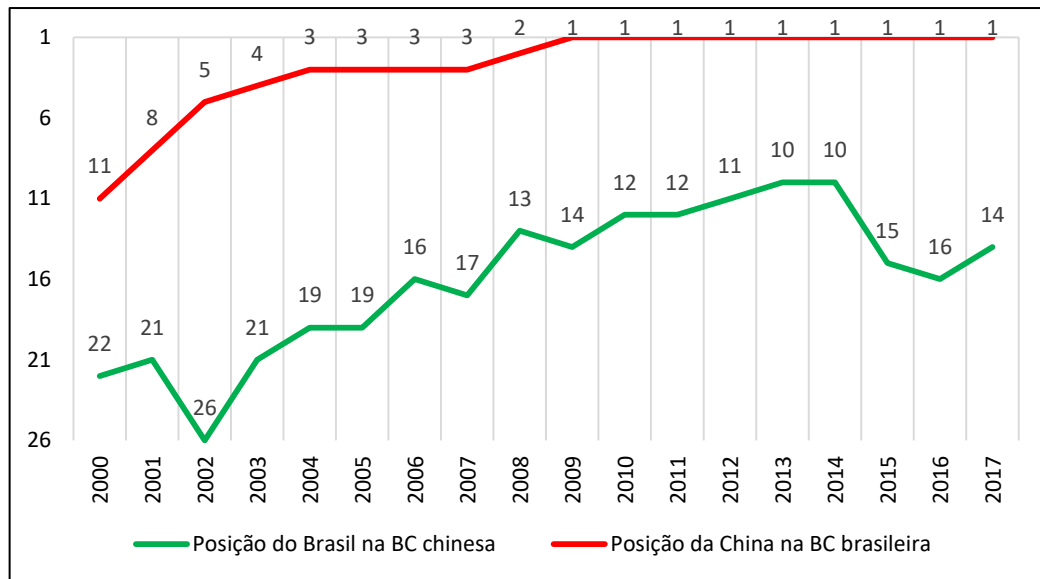
Tabela 2 – Principais acontecimentos bilaterais Brasil-China entre 2000 e 2010

2000	China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia
2003	Lançamento do satélite CBERS-2
2004	Visita do ministro das relações exteriores Celso Amorim (fevereiro) e do presidente Lula (maio) à China
2004	Criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação - COSBAN
2004	Visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil
2006	I Reunião da COSBAN, em Pequim, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente José Alencar e, do lado chinês, pela Vice-Primeira-Ministra Wu Yi
2006	Reunião de Chanceleres do Brasil, Rússia, Índia e China inicia a formação do BRICs
2007	Lançamento do satélite CBERS-2B
2009	Visita do Vice-Presidente Xi Jinping ao Brasil
2009	Visita de Estado do presidente Lula à China
2009	China torna-se o principal parceiro comercial do Brasil
2010	Visita de Estado do Presidente Hu Jintao ao Brasil, participação na II Cúpula do BRICS, em Brasília e assinatura do Plano de Ação Conjunto Brasil-China 2010-2014

Fonte: ITAMARATY, IPEA.

Os acontecimentos na tabela acima chamam a nossa atenção para duas coisas: o crescimento abrupto das trocas comerciais entre Brasil-China e a formação dos BRICs em 2006. Ainda no ano 2000, quando a China substitui o Japão e torna-se o principal parceiro comercial do Brasil na Ásia, sequer estava entre os 10 principais destinos das nossas exportações (Gráfico 2). Mas já em 2009, surge como o maior parceiro comercial do Brasil, substituindo os Estados Unidos. Enquanto o Brasil, alcança uma posição mais discreta, porém, com significativo crescimento no período 2003-2014, subindo mais de 10 posições no ranking de participação na balança comercial chinesa (POCHMANN, 2013).

Gráfico 2 – Posição de Brasil e China nas respectivas balanças comerciais 2000-2017



Fonte: Ministério da Economia e Observatory of Economic Complexity, 2020.

Já a reunião de Chanceleres de Brasil, Rússia, Índia e China à margem da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006, é o primeiro passo para a formação dos BRICs. Até então os BRICs era uma categoria de análise criada pelo economista britânico Jim O’Neill e utilizada no meio econômico e acadêmico para se referir aos quatro países com algumas características que lhes permitem ser considerados em conjunto. A partir da reunião de Chanceleres em 2006 isto foi além de uma categoria analítica, tornando-se também, um agrupamento sustentado pela vontade política dos países envolvidos com ação articulada no cenário internacional (IPEA, 2014).

Em 2011, houve o ingresso da África do Sul e a nomenclatura foi alterada para BRICS. Com um caráter inicialmente informal, o agrupamento vai se institucionalizando à medida que a aproximação política entre os cinco países se intensifica, alcançando todos os níveis decisórios, ministerial e de chefes de Estado. Apesar de características em comum, os BRICS reúnem países com formações sociais bastante distintas. No caso do Brasil, trata-se de uma sociedade recente marcada por influências do colonialismo europeu e de tradição autoritária, onde a propriedade da terra é privada. Já no caso chinês, trata-se de uma sociedade milenar, onde o coletivismo está entre os seus valores e uma administração pública historicamente com traços socialistas (BIJOS e GUILHON, 2014; MAMIGONIAN, 2008).

Essa diferença na estrutura social e espacial entre dois países é explicada pela teoria da formação social, ao lançar luz sobre tais diferenças a partir de trajetórias e transformações históricas de determinada sociedade, o que lhe confere uma realidade particular. Assim a

formação social pode ser entendida como uma realidade social historicamente determinada e concreta que contém uma estrutura econômica, estrutura ideológica e estrutura jurídico-política (HARNECKER, 1978).

É a partir dessa individualidade concreta e de sua história que um país ou um grupo de países se distingue do outro. E é a partir do reconhecimento de tais diferenças e particularidades que os BRICS tem adotado o pragmatismo como modo de alcançar os interesses mútuos e afastar as dissensões.

Apesar do foco econômico, a ação coordenada do BRICS inclusive em temas comerciais e políticos foi fundamental para interferir na centralidade da liderança política e econômica das tradicionais potências mundiais. É notório que a China, único país do mundo capaz de rivalizar com os Estados Unidos em todas as frentes, assume a dianteira do agrupamento. As rápidas mudanças do mundo pós-Guerra Fria, com tendências a ordem multipolar, deve-se em grande medida ao fortalecimento econômico e a projeção internacional dos países do BRICS principalmente após a crise internacional de 2008 (POCHMANN, 2013; BIJOS e GUILHON, 2014).

Nota-se que no início do século XXI os BRICS contribuíram com pouco mais de 20% do crescimento mundial e essa parcela aumentou expressivamente após a crise de 2008, chegando em 2018, a 43% de participação no crescimento mundial. Considerando a participação dos BRICS no PIB mundial, em termos de poder de compra, os tornam maiores que os países do G7 (NDB, 2018).

Se observarmos os fatores geográficos dos países do BRICS (grande extensão territorial, população e PIB), em tese, todos eles possuem a capacidade de atuar com autonomia e decisão independente no cenário internacional. Entretanto, em determinadas conjunturas políticas, algumas nações se submetem a estratégia imperialista norte americana, como é o caso do Brasil. A conquista de maior prestígio internacional e espaço na correlação de forças se deram em governos não alinhados a interesses estrangeiros e que exerceram uma geopolítica autônoma (BATISTA JUNIOR, 2013).

Foram através das reuniões entre os BRICS com posições coordenadas que alcançaram a pretendida reforma no FMI, com estes países conquistando o poder de voto e o aumento de quotas. Com esta reforma ocorrendo no cenário econômico pós crise de 2008, onde os países do agrupamento comandavam o crescimento da economia mundial, houve o entendimento que as reformas seriam implementadas mediante os empréstimos ao FMI (BATISTA JUNIOR, 2013). Diante disso, considera-se que para a execução da reforma foram necessárias a ação

coordenada e a barganha econômica por parte do BRICS. Feito que dificilmente seria alcançado mediante a ação isolada de uma nação do agrupamento.

As ações do agrupamento se encaminharam também para reduzir a dependência das instituições de Bretton Woods. Em 2012, iniciaram as discussões para criar um banco de desenvolvimento que desse suporte ao crescimento econômico do BRICS. Sendo uma alternativa ao Banco Mundial, comandado pelas tradicionais potências econômicas da Europa e os Estados Unidos.

Muito mais que uma alternativa de financiamento, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, em inglês), fortaleceu o poder de barganha do BRICS em instituições mundiais. Em entrevista de 2016 para o Canal Mova, o ex-chanceler Celso Amorim afirmou que os BRICS só conquistaram poder de veto no Banco Mundial após a criação do NDB (OUTRO BRASIL..., 2016).

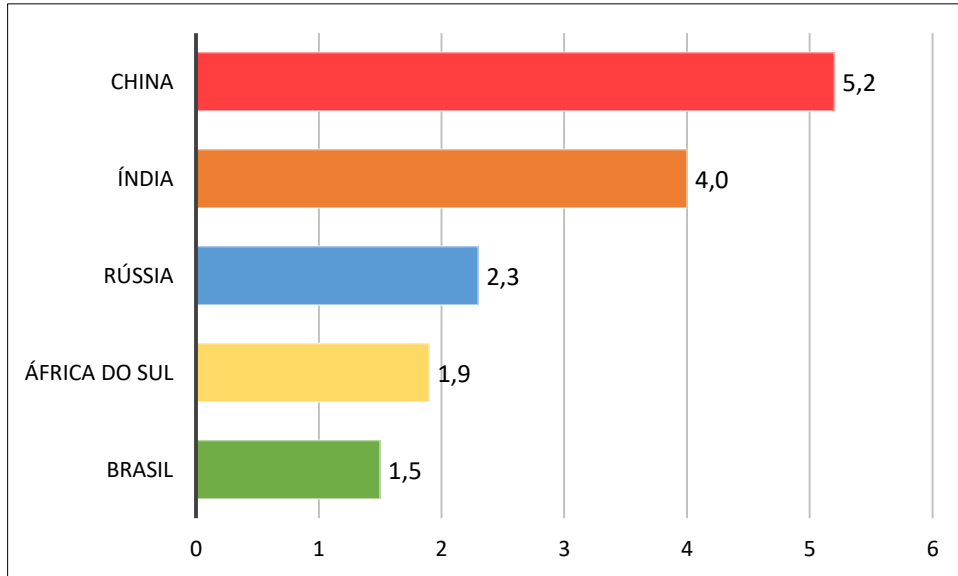
Em 2014, na 6ª Cúpula dos BRICS em Fortaleza, foi aprovada a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, também conhecido por Banco dos BRICS. O capital inicial do banco de 50 bilhões de dólares contou com o aporte de 10 bilhões de dólares de cada país membro fundador, refletindo em participação acionária de 20% cada. Em 2016, houve a aprovação do primeiro lote de projetos financiados pelo banco, cuja missão é apoiar as iniciativas em infraestrutura e desenvolvimento sustentável dos BRICS e economias emergentes ou periféricas (NDB, 2018).

No acumulado entre 2016 e 2020, a China foi o país que mais captou empréstimos do NDB, seguida pela Índia. Em 2016, o Brasil é o único país do BRICS que não consta na lista de aprovação de projetos do banco. O Gráfico 3 mostra o quanto cada país do BRICS captou em empréstimos no NDB desde 2016.

A China que lidera a captação de empréstimos, é também o país que mais teve projetos aprovados pelo banco, totalizando 15 projetos desde 2016. O último projeto aprovado foi em março de 2020, na área de saúde pública, destinado ao combate a pandemia do Covid-19. Em termos de valor, até então é o maior projeto aprovado ao país, somando 979 milhões de dólares.

Na sequência de aprovação de projetos aparece a Índia, totalizando 4 bilhões de dólares e 12 projetos aprovados, seguido por Rússia com 2,3 bilhões de dólares e 8 projetos aprovados, África do Sul com 1,9 bilhão de dólares e 7 projetos aprovados, e por fim, o Brasil com 1,5 bilhão de dólares e 7 projetos aprovados.

Gráfico 3 – Empréstimos aprovados pelo NDB em bilhões de dólares por país (2016-2020)

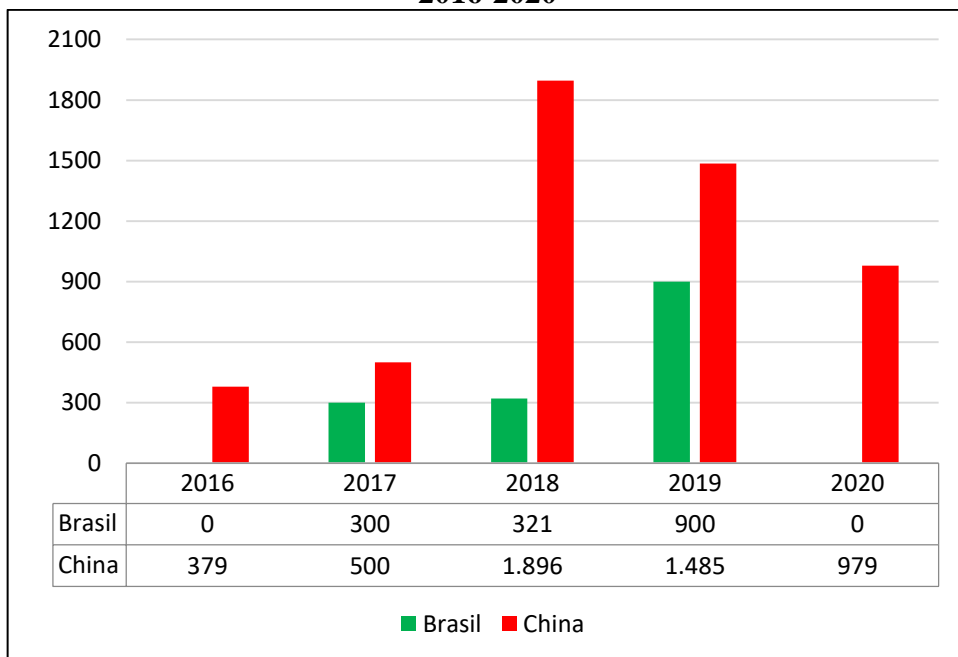


Fonte: NDB, 2020.

Nota: Cotação do dólar de acordo com a data de aprovação de cada projeto.

Considerando a extensão territorial, o porte econômico e os pontos de estrangulamento na economia, o Brasil poderia ter uma participação muito maior na captação de empréstimos do NDB. O Gráfico 4 mostra o montante anual de empréstimos obtidos por Brasil e China no mesmo período.

Gráfico 4 – Empréstimos obtidos por Brasil e China no NDB em milhões de dólares 2016-2020



Fonte: NDB, 2020.

No ano de 2016 e 2020 não se verificou empréstimos ao Brasil. Em 2019, o país obteve a maior quantia em empréstimos, três vezes superior a 2017. No caso da China, o ano de maior captação de empréstimos foi 2018, chegando a quase 2 bilhões de dólares. Porém, conforme dito anteriormente, se considerarmos os empréstimos por projeto, 2020 registrou a maior quantia de empréstimo por projeto destinado a China. Traçando um comparativo entre os dois países, em cinco anos, a China obteve o volume de empréstimos mais de quatro vezes superior ao do Brasil.

A Tabela 3 detalha os projetos aprovados pelo NDB para o Brasil desde o início das operações do banco, em 2016. No ano de 2019, o Brasil não apenas registrou o maior volume em empréstimos, como também, o maior empréstimo destinado a um projeto, no montante de 500 milhões de dólares para o Fundo Clima. Dos sete empréstimos aprovados no período em análise, cinco destinaram-se ao setor estatal, e quatro são voltados à área ambiental.

Tabela 3 – Projetos aprovados ao Brasil pelo NDB em milhões de dólares 2016-2020

Nome do projeto	Investimento	Recebedor	Setor	Ano de aprovação
Patria Infrastructure Fund IV	>100	Patria Infrastructure General Partner IV Ltd.	Multisetorial	2019
Projeto de Melhoria da Infraestrutura de Transporte da Região Norte	300	Vale S.A.	Transporte	2019
Fundo Clima - Projeto Nacional do Fundo Climático do Brasil	500	Brasil	Meio ambiente/Multisetorial	2019
Projeto de Proteção Ambiental	200	Petrobras	Infraestrutura sustentável	2018
Corredor Rodoviário do Maranhão – Integração Norte-Sul	71	Governo do Estado do Maranhão	Transporte	2018
Projeto Municípios Sustentáveis do Pará	50	Governo do Estado do Pará	Infraestrutura sustentável/Desenvolvimento urbano	2018
Financiamento de projetos de energia renovável e transmissão associada	300	BNDES	Energia renovável	2017

Fonte: NDB, 2020.

Entre os projetos voltados ao setor de transporte, destacam-se o Projeto de Melhoria da Infraestrutura de Transporte da Região Norte, com o objetivo de melhorar a capacidade de infraestruturas que envolvem a ferrovia Carajás e o terminal portuário de Ponta da Madeira; e o Corredor Rodoviário do Maranhão – Integração Norte-Sul, executando obras em rodovias que conectam a produção de grãos no sul do estado ao porto de Itaqui.

O último projeto aprovado datado de dezembro de 2019, é o Patria Infrastructure Fund IV, da gestora de investimentos Patria Investments, focada em ativos da América Latina nos segmentos de infraestrutura, imóveis, crédito e agronegócio.

Segundo o relatório do NDB, cerca de 80% dos financiamentos para o Brasil são voltados a projetos de energia limpa e eficiência ambiental. Em 2018, foi assinado o acordo para instalação do escritório regional do NDB nas américas, com representação em São Paulo e Brasília. Até então, apenas China e África do Sul contavam com escritórios regionais (NDB, 2018).

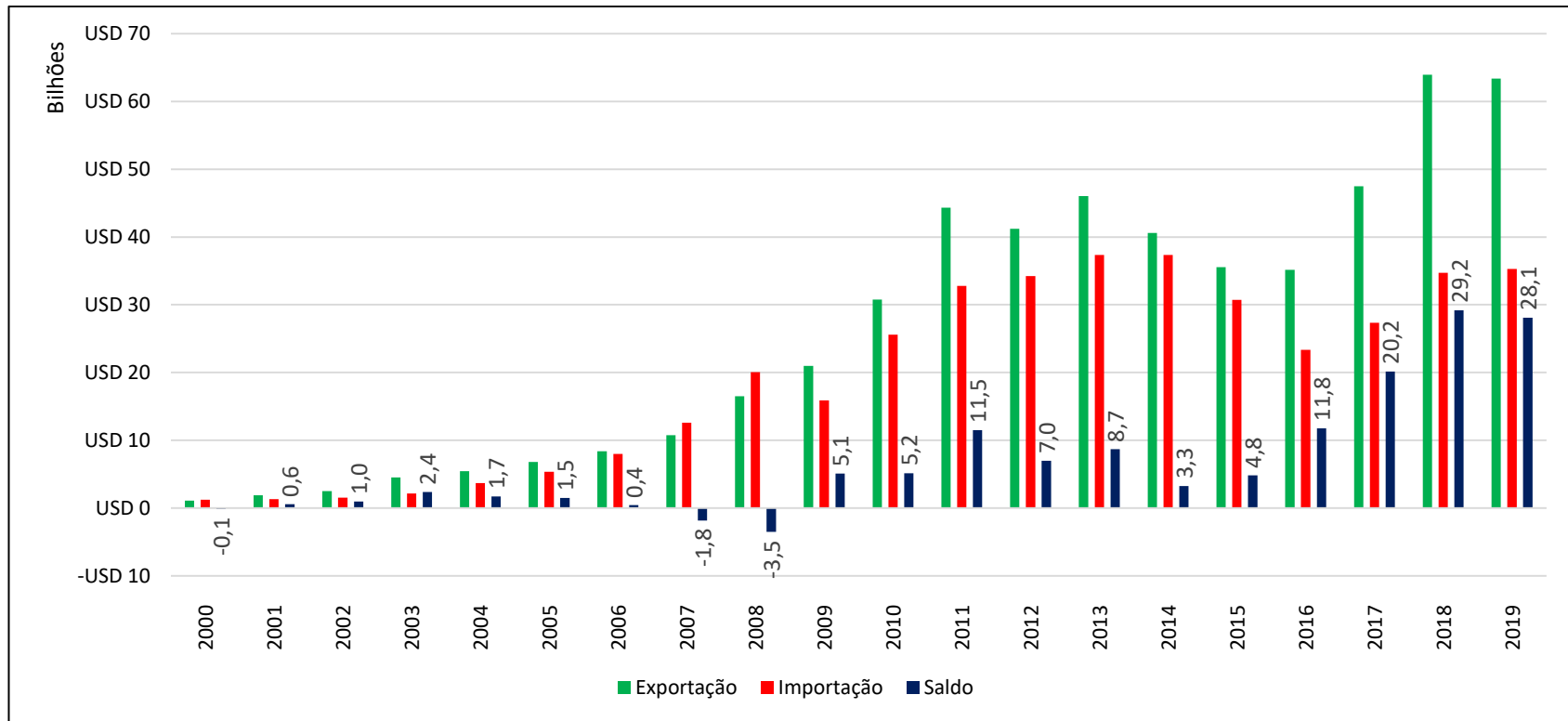
Já na área comercial, a preferência da China pelas importações de commodities agrícolas brasileiras em detrimento das norte-americanas foi essencial na recuperação econômica do Brasil e no enfrentamento a crise mundial de 2008. A prioridade pela compra de produtos primários no Brasil faz parte da estratégia chinesa para o contexto latino-americano, em garantir na região, matérias-primas e recursos energéticos (MAMIGONIAN, 2019).

Conforme destacado no Gráfico 1, a relação comercial entre Brasil e China cresceu abruptamente no espaço de uma década. Entre 2000 e 2010, as exportações do Brasil rumo a China passaram de 2% para 15% do total exportado, enquanto as importações, cresceram de 2% para 14% do total importado pelo Brasil. Esse crescimento foi superior ao crescimento do comércio entre o Brasil e o mundo (POCHMANN, 2013).

Considerando o período 2000-2019, a balança comercial brasileira com a China é superavitária na maioria dos anos. Apenas em 2000, 2007 e 2008, diante da crise econômica mundial, apresentou *déficit*, conforme consta no Gráfico 5. Tanto a exportação quanto a importação diminuíram entre 2015 e 2016, quando o Brasil mergulha na crise econômica.

Por outro lado, nosso saldo superavitário aumentou entre 2016 e 2018, decorrente do crescimento das exportações para a China e da lenta retomada das importações brasileiras. Basta destacar que a importação brasileira oriunda da China ainda é inferior a 2014, em termos de valor.

Gráfico 5 – Balança comercial Brasil-China 2000-2019



Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Embora nossa balança comercial seja superavitária na maioria dos anos, a pauta comercial com a China é assimétrica, com o Brasil exportando produtos primários e importando manufaturados. E a presença de produtos de baixo valor agregado só cresce. Em 2000, a participação desses produtos no total das exportações era de 28%, enquanto em 2015, ano em que o Brasil mergulha na crise econômica após o fim do *boom* das *commodities*, a participação chega a 45%. Resultado influenciado pela crescente demanda chinesa por produtos primários (BRASIL, 2020).

A pauta de exportação brasileira para a China é concentrada em poucos produtos. Na Tabela 4, soja, óleo bruto e minério de ferro, somam 77% do total exportado para a China. Dos 10 principais produtos exportados, 8 se encaixam na categoria de produtos básicos. Devido a característica do processo produtivo de extração da natureza em estado bruto e transporte ao país de destino, não são classificados como semimanufaturados ou manufaturados.

Tabela 4 – Principais produtos comercializados Brasil-China no primeiro trimestre de 2020

Principais produtos exportados para China jan-mar 2020		Principais produtos importados da China jan-mar 2020	
Soja	33%	Plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes	19%
Óleos brutos de petróleo ou minerais	24%	Equipamento de comunicações, peças e acessórios	10%
Minério de ferro e seus concentrados	20%	Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodo e transistores	6,7%
Algodão em bruto	2%	Compostos organo-inorgânicos	3,6%
Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	5,4%	Máquinas e aparelhos elétricos	2,9%
Celulose	5,1%	Aparelhos elétricos para proteção ou conexão de circuito	2%
Carnes de aves frescas, refrigeradas ou congeladas	2,4%	Máquinas de energia elétrica	1,8%
Ferro-gusa, ferro-esponja e pó de ferro ou aço	1,9%	Tecidos, tramas, de matérias têxteis sintéticas ou artificiais	1,6%
Carne suína fresca, refrigerada ou congelada	1,8%	Peça e acessório para máquina de processamento de dados ou máquina de escritório	1,6%
Couro	0,4%	Aquecimento e resfriamento de equipamentos	1,5%

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

Já no lado importador, é observado o domínio de produtos manufaturados na lista dos 10 principais produtos importados da China. Com um detalhe a mais, a maioria são produtos com alto valor agregado e alta intensidade tecnológica. Estruturas flutuantes e equipamentos de comunicações representam quase um terço da pauta importadora brasileira da China.

Vale destacar que a assimetria entre exportação e importação se deve não apenas a crescente procura chinesa por produtos primários demandados pela sua indústria. O cenário macroeconômico brasileiro pesa desfavoravelmente nessa balança se considerarmos a desindustrialização do país, em curso desde os anos 1980. Isso tem duplo efeito na balança comercial. Perda da competitividade de manufaturados no mercado internacional, favorecendo o predomínio de produtos básicos em nossa pauta exportadora, e aumento da importação de produtos manufaturados e sensíveis em tecnologia.

Além da perda de competitividade de manufaturados no mercado externo e da brecha no mercado interno para produtos estrangeiros, os efeitos da desindustrialização são sentidos no crescimento econômico brasileiro. No período da industrialização e do Estado planejador (1930-1980), nossa economia dobrava de tamanho a cada decênio, mas a partir dos anos 1980, com a reorientação na condução econômica, passou a levar três decênios para dobrar de tamanho (POCHMANN, 2016).

De início, essa reorientação foi causada pelo choque da dívida externa, levando ao abandono da política econômica dos anos 1970 de fortalecimento do mercado interno. Dessa forma, os recursos internos foram drenados para o exterior através do pagamento da dívida externa. Num segundo momento, durante os anos 1990, a mudança na condução econômica se aprofundou com o país aderindo ao neoliberalismo e ingressando passivamente na globalização. Houve a desregulamentação econômica, privatização de estatais e inserção da indústria nacional em condições desvantajosas na concorrência internacional (OLIVEIRA e CAVALCANTE, 2001; POCHMANN, 2016).

Na segunda metade dos anos 1990, para financiar o crescente *déficit* público e estimular o ingresso de dólares, o governo elevou a taxa de juros, colocando-a entre as mais altas do mundo, e uma política cambial que supervalorizou nossa moeda. Condições que inviabilizaram o avanço da produção interna de manufaturados e ampliaram as importações, prejudicando o setor industrial nacional e aprofundando a desindustrialização (OLIVEIRA e CAVALCANTE, 2001).

A elevada taxa de juros gerou a financeirização da riqueza, levando a perda de dinamismo e centralidade na agenda política da burguesia industrial (POCHMANN, 2016). Segundo a teoria da *Dualidade Básica da Economia Brasileira*, de Rangel (2005), essa

conjuntura de subordinação da burguesia industrial ao rentismo parasitário marca a interrupção da 4ª Dualidade, formada pelo pacto entre a classe industrial e a classe de latifundiários capitalistas. Desde então, diante da ausência de uma agenda nacional de desenvolvimento e da aceitação do país aos interesses externos, a 4ª Dualidade jamais foi restabelecida, estancando assim, a trajetória do desenvolvimento capitalista do país.

O conceito de classe social é utilizado aqui sob a concepção marxista, onde:

As classes sociais são grupos sociais antagônicos em que um se apropria do trabalho do outro por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção determinado, lugar que está determinado fundamentalmente pela forma específica e que se relaciona com os meios de produção (HARNECKER, 1973, p. 161).

Mas, se na concepção marxista existem duas classes antagônicas (classe exploradora e classe explorada), por que na teoria rangeliana encontramos duas classes exploradoras pactuando a cada Dualidade?. Nesse aspecto, Harnecker (1973) nos adverte que as duas classes antagônicas são consideradas de modo abstrato em um determinado modo de produção, porém, ao analisar as classes sociais inseridas nos meios de produção de uma determinada formação social, ou seja, a realidade concreta, uma classe se decompõe em subgrupos. Por exemplo, a burguesia industrial e a burguesia dos proprietários de terras capitalistas formando a aliança dominante da 4ª Dualidade.

Ao tratar da divisão entre duas classes antagônicas, Marx argumenta que “é sempre a relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos que revela o segredo mais íntimo, o fundamento oculto, de todo o edifício social” (MARX, 1867 apud HARNECKER, 1973, p. 187).

Convergindo para a importância das relações de produção, Harnecker (1973, p.163) afirma ser “as relações de produção o elemento mais importante para definir as classes sociais. Conforme o caráter destas relações de produção, assim será o caráter da relação entre a classe exploradora e a explorada”.

Mesmo com os governos progressistas do PT (2003-2016) interrompendo momentaneamente a política neoliberal no Brasil e promovendo a distribuição de renda, fortalecimento do mercado interno e políticas industriais em alguns setores da indústria, a condução macroeconômica do país foi conservadora. Manteve-se a política cambial dos anos 1990, regras de combate à inflação impostas pelo FMI e ausência de uma ampla política industrial.

Ao contrário do Brasil, a China nos anos 1990 não adotou as políticas neoliberais do Consenso de Washington. Ciente que cada país possui uma realidade própria e desafios

distintos, incapazes de serem tratados por receituários padronizados. Outro contraste entre Brasil e China, no mesmo período, está na economia política da privatização e da competição. Enquanto parte das empresas estratégicas brasileiras foram privatizadas e o critério da competitividade foi pouco relevante, a abertura econômica da China foi criteriosa, planejada e visou a incorporação tecnológica para as empresas nacionais (POCHMANN, 2016).

Desindustrialização e baixo empenho nas ações em inovação são as marcas do ingresso passivo do Brasil na globalização. Ocasionalmente a queda de participação do país no comércio mundial, dificultando as empresas nacionais em manter os padrões de competitividade internacional e deixando lacunas no mercado interno para empresas estrangeiras, sobretudo em setores sensíveis em tecnologia. A Tabela 5 traz alguns dados comparativos entre Brasil e China no âmbito da inovação. Os dados, em média de 5 anos, envolvem investimento e pesquisa científica.

Tabela 5 – Indicadores de inovação de Brasil e China referente a média dos anos 2013 a 2017

Indicadores	Brasil	China
Investimento em P&D em relação ao PIB (%)	1,3	2,0
Investimento empresarial em P&D em relação ao PIB (%)	0,6	1,5
Investimento empresarial em P&D (% P&D total)	47	76
Publicação de pesquisas científicas (x10.000 peças)	6,7	162
Famílias de patentes triádicas ^{(1) (2)}	61	2735

Fonte: China Statistical Yearbook, 2018; MCTIC, 2020; OCDE DataBase, 2020.

Notas: ⁽¹⁾ Conjunto de patentes registradas nos três principais escritórios de patentes do mundo (EUA, Europa e Japão). ⁽²⁾ Média referente aos anos 2013 a 2015.

O primeiro dado a ser observado é a parcela de investimento em P&D em relação ao PIB, nesse quesito o Brasil possui investimento razoável, superior ao de determinadas nações mais avançadas, porém, muito abaixo se comparado às principais nações do centro do sistema (Alemanha e Estados Unidos) e da China, país com o segundo maior investimento em P&D do mundo (MARQUES, 2019).

Uma contradição fica evidente na participação empresarial nos investimentos em P&D entre Brasil e China. Ao contrário do Brasil, o investimento em P&D na China entre os anos 2013-2017, contou em média, com 76% de participação do setor empresarial. No Brasil, onde o protagonismo do setor público nos investimentos em P&D é maior, a participação empresarial

não chega a 50%. Não apenas o montante investido possui papel relevante nesse processo, mas o desenho da política de desenvolvimento de um país. No caso chinês, o Estado busca estimular o investimento privado concedendo incentivos fiscais às empresas que inovam (MARQUES, 2019).

O baixo investimento empresarial em P&D é revelado na Pesquisa de Inovação-Pintec, do IBGE. Em 2014, quando o Brasil encerrava mais um período de crescimento, apenas 3,7% das empresas realizavam investimento contínuo em P&D. Comparando as duas últimas pesquisas, de 2014 e 2017, entre as empresas que implementaram alguma inovação (produto, processo, gestão ou *marketing*), apenas 36% do total de empresas implementaram em 2014. A porcentagem caiu em 2017 para 34%.

A maior dependência de recursos públicos na política brasileira de investimento em P&D apresenta um cenário de constantes altos e baixos. Sempre que o país atravessa uma crise econômica entre os alvos principais no corte de recursos está a área de ciência e tecnologia. No cenário atual não tem sido diferente, logo após 2015, com o país submerso na crise econômica, os investimentos públicos em P&D registram queda. Após registrarem três anos seguidos de investimentos crescentes entre 2013-2015 (MCTIC, 2020).

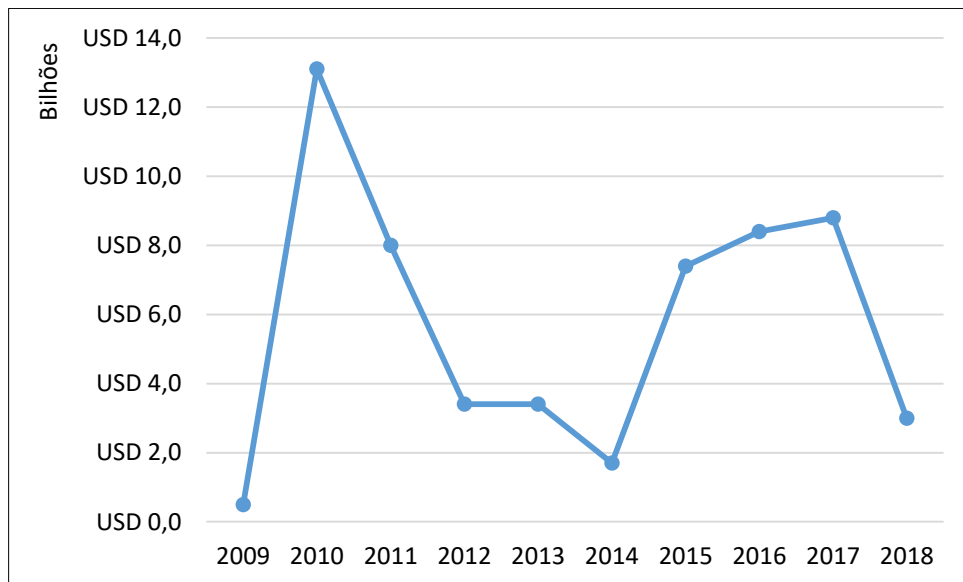
A disparidade entre Brasil e China é observada nos itens que envolvem a publicação de pesquisas científicas e de patentes triádicas. As publicações científicas chinesas superam as do Brasil em mais de 24 vezes, contudo, além dos maciços investimentos em educação e ciência, devemos levar em conta o tamanho da população chinesa, superior em mais de 6 vezes à população do Brasil. Entre as patentes depositadas no mundo, em 2017, a participação chinesa foi de 43% contra 20% dos Estados Unidos (MARQUES, 2019).

O interesse chinês por inovação é observado inclusive em seus investimentos no Brasil. Nos últimos, destaca-se entre os aportes via *greenfield*, ou seja, investimentos em projetos ou empresas em estágio inicial de maturidade. Somente em 2018, esse tipo de investimento da China no Brasil representou 50% entre o total de investimentos (CEBC, 2019).

O estudo do Cebc (2019) divide o fluxo de investimento chinês no Brasil em quatro fases. A primeira, até o ano de 2010, com maior interesse em *commodities* (petróleo, minérios e soja). A segunda (2010-2013) e terceira fase (2013) com investimentos privilegiando a área industrial, em busca de mercado consumidor, em crescimento devido as políticas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro no enfrentamento a crise mundial de 2008; acompanhado por investimentos em serviços, marcando a terceira fase. Por fim, a quarta fase a partir de 2014 é marcada por investimentos em energia elétrica, infraestrutura e áreas com grande potencial econômico como os setores de óleo e gás e do agronegócio.

Observa-se na primeira e quarta fase a prioridade do investimento chinês por *commodities*, sendo parte da estratégia do país em garantir acesso a esses recursos e influenciar o preço no mercado internacional (POCHMANN, 2013). O Gráfico 6, mostra o total de investimento chinês confirmado nos últimos anos, onde o pico foi alcançado em 2010 com 13,1 bilhões de dólares, um momento extremamente favorável que coincidiu com o boom de *commodities* e a prioridade do investimento chinês no setor industrial brasileiro. Após quatro anos consecutivos de queda na taxa de investimento chinês, a partir de 2015, houve a recuperação dos investimentos, chegando a 7,4 bilhões de dólares e quadruplicando em relação ao ano anterior. A retomada do crescimento desses investimentos durou até 2017, quando o ano seguinte é marcado por um novo tobo.

Gráfico 6 - Investimento chinês confirmado no Brasil (2009-2018)



Fonte: CEBC, 2019.

Segundo o estudo do Cebc (2019) sob a perspectiva do mercado, a queda de investimento em 2018 se deve a prioridade dos grandes investidores por ativos já obtidos. Por outro lado, no campo político, a queda do investimento foi impactada pelas apreensões com a eleição de Bolsonaro, criticando os investimentos chineses no Brasil e visitando Taiwan durante as eleições.

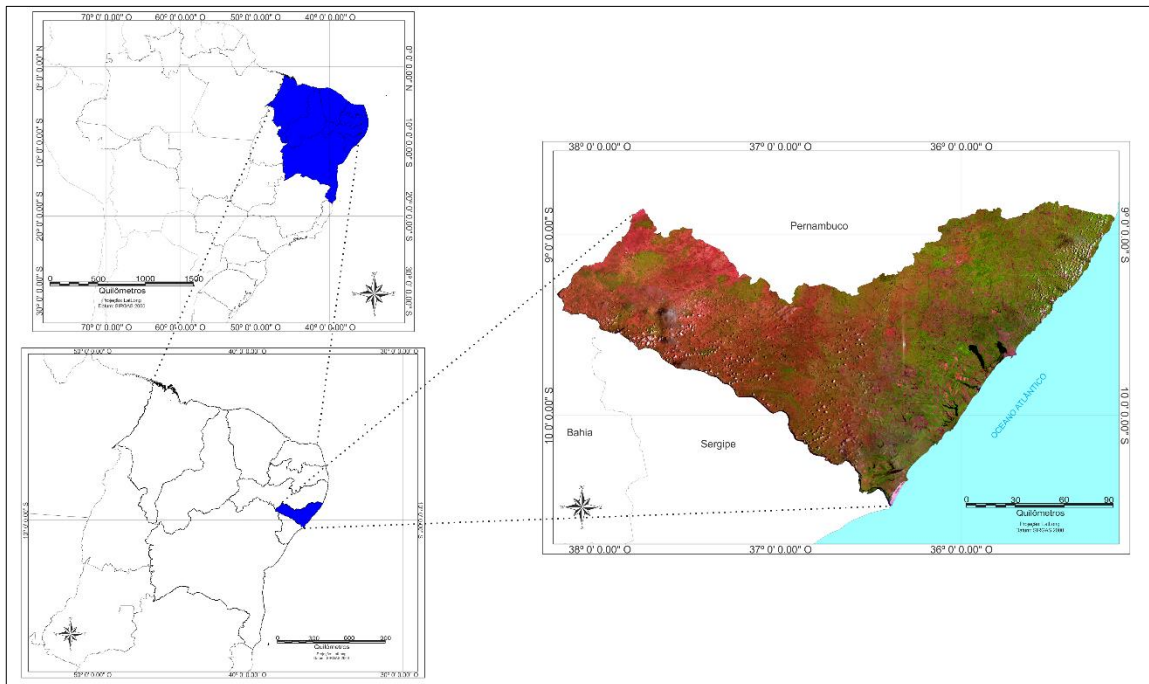
Do total de investimentos no período em análise (2009-2018), 17% foi direcionado a região Nordeste. Parte desses investimentos tem participação de estatais chinesas ligadas ao Conselho de Estado, uma das mais altas instâncias políticas do país. Apenas em 2018, o

investimento dessas estatais no Brasil teve 40% de participação em relação ao investimento total anual (CEBC, 2019).

3. A RELAÇÃO ECONÔMICA ENTRE ALAGOAS E CHINA

Alagoas é um estado de pequenas dimensões territoriais com perfil socioeconômico discreto se comparado ao contexto nacional e regional (Mapa 1). Possui a terceira menor população do Nordeste, estimada em 3,3 milhões de habitantes. Predominantemente jovem, os habitantes com idade entre 0 a 39 anos representam 72% da população do estado. A urbanização é um fato relativamente recente, apenas na passagem da década de 1980 para 1990, a população urbana se tornou majoritária. A capital, Maceió, concentra um terço da população do estado (IBGE, 2021).

Mapa 1 – Localização do estado de Alagoas



Fonte: Seplag-AL (2021).

Assim como a população, o PIB estadual é o terceiro menor do Nordeste. De acordo com os últimos dados consolidados, em 2018, o PIB alagoano foi de R\$ 54,4 bilhões. Para efeito de comparação, o PIB do estado vizinho, Pernambuco, foi de R\$ 186,3 bilhões no mesmo ano, mais de três vezes superior à economia de Alagoas, e a segunda maior economia da região. A agropecuária [cana-de-açúcar e pecuária leiteira] e comércio e serviços comandam a economia do estado. Apesar de extremamente relevante no dinamismo da economia, o mercado

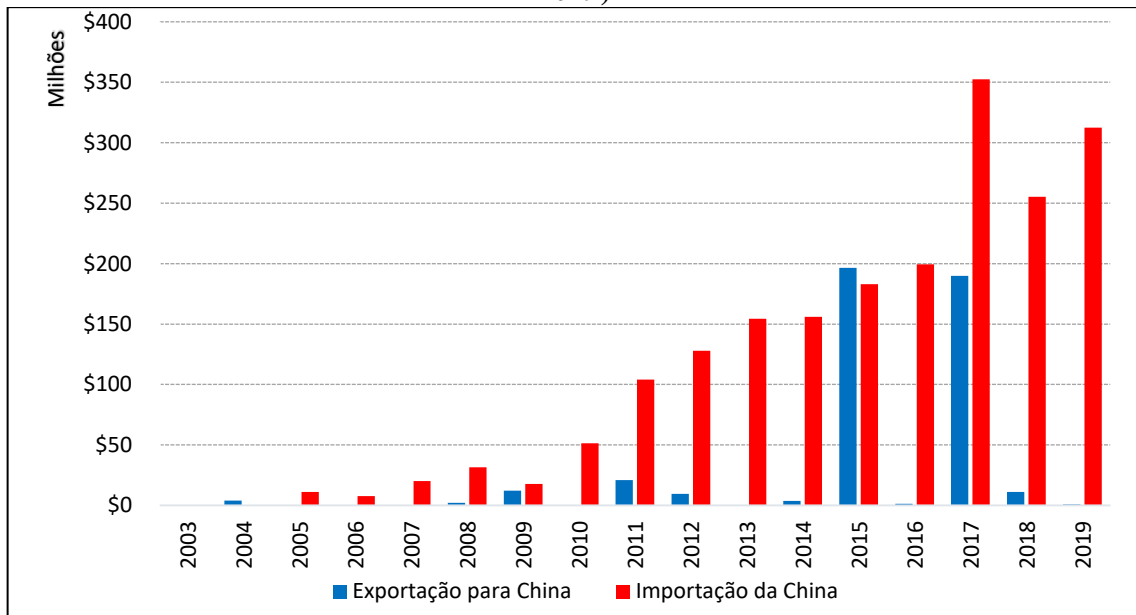
consumidor de Alagoas é estreito. Considerando a população em idade de trabalhar, em 2016, 29% não tinham rendimento e 48% recebiam até dois salários mínimos (IBGE, 2018; CARVALHO, 2020).

Diferente de alguns estados brasileiros, o fluxo direto de mercadorias entre Alagoas e China iniciou apenas no século XXI, logo após a entrada da China na OMC em 2001. O crescimento registrado em anos subsequentes, decorre da aproximação comercial do Brasil com a China.

Quando se analisa a relação econômica entre dois *traders* geralmente o primeiro elemento utilizado é a balança comercial. No período que envolve dezessete anos [2003-2019] a balança comercial de Alagoas com a China se mostra deficitária na maioria dos anos, havendo *superávit* apenas em 2004 e 2015 (Gráfico 7). Experiência contrária do âmbito nacional.

Verifica-se que o ritmo de crescimento das importações não foi acompanhado pelas exportações, que apesar de dois picos, em 2015 e 2017, não alcançou os três dígitos nos demais anos do período em análise.

Gráfico 7 - Balança comercial de Alagoas com a China em milhões de dólares (2003-2019)



Fonte: Ministério da Economia (2020).

As importações, por sua vez, cresceram constantemente de 2010 a 2017. Em 2011, o valor total das importações de Alagoas com origem na China dobrou em relação a 2010, atingindo a casa dos três dígitos [104 milhões de dólares], e em 2017, quando o valor das importações saltou para 352 milhões de dólares, ante 199 milhões de dólares em 2016.

Analisando as transações comerciais Alagoas-China que envolvem duas décadas, podemos distingui-las em dois períodos. A primeira década [2003-2010] com valores de exportação e importação bastante tímidos, quando o fluxo comercial estava em vias de consolidação. E a segunda década [2011-2019] com o fluxo comercial consolidado e atingindo a marca dos três dígitos pela via importadora e pela via exportadora em 2015 e 2017. Para entender melhor os dois momentos, o total das importações entre 2003 e 2010 somam 139 milhões de dólares, valor inferior ao total importado apenas no ano de 2013 que foi 154 milhões de dólares. Já o total das exportações entre 2003 e 2010 somam 18 milhões de dólares, valor inferior ao total exportado no ano de 2011 com 21 milhões de dólares⁴.

3.1. Exportações alagoanas com destino à China

No campo das exportações Alagoas se beneficia pouco do comércio com a China, somente a partir de 2004 é registrado a exportação de produtos alagoanos diretamente à China, sucedido por alguns anos de exportações escassas ou praticamente escassas [2005, 2006, 2007, 2010, 2013], ver Tabela 6.

Isto porque os principais produtos industrializados de Alagoas [açúcar e leite] não ocupam posição de destaque na pauta de exportação com destino à China. O leite e seus derivados, produzidos pela pecuária leiteira com presença marcante no semiárido do estado, são voltados ao mercado interno. Já o açúcar, principal item de exportação do estado com 89% de participação no total exportado em 2019, destina-se tradicionalmente aos países europeus, Estados Unidos e Canadá⁵.

Distorcendo a tendência majoritária ao longo dos anos, em 2015 e 2017, a participação chinesa nas exportações de Alagoas alcança 29,2% e 28,5%, maiores taxas do período. Diferente da pauta de exportação com destino aos países europeus, Estados Unidos e Canadá, quase restrita a produtos primários [açúcar], nas exportações com destino à China, nestes dois anos, predominaram máquinas e equipamentos. Em 2015 a ordem foi a seguinte: máquinas e equipamentos [86,9%] e produtos alimentícios [13,0%]. Já em 2017 foi: máquinas e equipamentos [90,4%] e produtos alimentícios [9,1%] (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

⁴ Nos anos de 2003, 2006, 2007 e 2010 não houve registro de exportação de Alagoas com destino à China.

⁵ Em 2018 e 2019 a Argélia passou a figurar entre os cinco principais destinos de exportação.

Tabela 6 - Participação da China nas exportações de Alagoas em dólares (2004-2019)

Ano	Exportação Total	Exportação p/ China	Participação China (%)
2019	319.088.835	870.032	0,3%
2018	502.094.696	11.230.651	2,2%
2017	665.014.889	189.828.551	28,5%
2016	420.859.938	1.192.202	0,3%
2015	672.248.170	196.398.026	29,2%
2014	629.144.686	3.752.581	0,6%
2013	741.919.441	196.593	0,0%
2012	1.014.101.751	9.455.351	0,9%
2011	1.371.188.500	21.039.314	1,5%
2010	970.594.666	-	-
2009	823.950.944	12.220.157	1,5%
2008	876.554.213	2.016.128	0,2%
2007	663.661.517	-	-
2006	692.542.362	-	-
2005	583.779.056	7.875	0,0%
2004	457.657.629	3.977.027	0,9%

Fonte: Ministério de Economia (2020).

Mesmo considerando os dois anos mais favoráveis das exportações, seu valor total comparado às exportações dos estados do Centro-Oeste para a China é baixo, já que a demanda chinesa no Brasil é principalmente por *commodities* agrícolas. No entanto, no contexto regional as exportações alagoanas são consideráveis, haja vista que, as exportações de Pernambuco, segunda maior economia da região, destinadas à China, totalizaram 126 milhões de dólares em 2015 e 14,5 milhões de dólares em 2017 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

A combinação de fatores internos e externos, aliados à presença chinesa na economia de Alagoas, tem repercutido em mudanças na estrutura econômica do estado desde a última década. Desde 2012 houve redução do setor canavieiro, desestimulado pela queda dos preços das *commodities* e perda da competitividade do álcool no mercado interno, levando o setor à crise e ao fechamento de sete usinas. A perda de participação do setor canavieiro na economia

estadual, acarretou na ampliação da pecuária leiteira, com seus produtos presentes no mercado interno e destinados para indústrias em Pernambuco e Sergipe (CARVALHO, 2019).

A redução da área destinada ao cultivo da cana no norte do estado e em municípios próximos ao Agreste, tem sido ocupada pela policultura, com o cultivo de frutas, feijão, algodão e notadamente milho e soja⁶. Estas duas culturas têm se destacado em termos de cultivo e produtividade, estimuladas pelo preço da saca. A soja é o principal produto brasileiro exportado para a China. Em Alagoas, a soja comandou a pauta de exportação destinada à China nos anos de 2014, 2016 e 2018. O cultivo da soja no estado apoiado pela Embrapa, Emater e Secretaria de Agricultura está em fase experimental, mas, com perspectivas promissoras, e tem atraído produtores das regiões Sul e Centro-Oeste do país (CARVALHO, 2019; LIMA, 2019).

As exportações alagoanas para a China além de não terem acompanhado o ritmo de crescimento das importações, não aumentou o portfólio de seus produtos. Nos últimos quatro anos em análise, os maiores valores dos produtos exportados se limitaram a soja, cobre, açúcar, centrifugadores e filamentos sintéticos. Apesar do curto período de tempo da Tabela 7, é possível observar a constante variação entre os produtos que comandam a pauta de exportação e os tipos de produtos [alimentícios, minerais, químicos e máquinas]. Os únicos produtos a ultrapassarem a casa do milhão de dólares foram a soja, em 2018, centrifugadores e açúcar, em 2017.

Tabela 7 - Exportações de Alagoas para a China por produtos (2016-2019)

Ano	Produtos	Valor FOB (US\$)	% US\$
2019	Fios de filamentos sintéticos	396.390	45,6
	Cobre e resíduos	374.280	43,0
	Polímeros de cloreto de vinilo	37.958	4,4
	Roupas de malha	21.566	2,4
	Carnes frescas ou congeladas	2.291	0,3
	Outros	37.547	4,3
	Total	870.032	100,0
2018	Soja	10.500.000	93,5
	Cobre e resíduos	435.294	3,9

⁶ Segundo os dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE (2019) a área plantada de cana-de-açúcar em Alagoas caiu de 433 mil hectares em 2012 para 304 mil hectares em 2019.

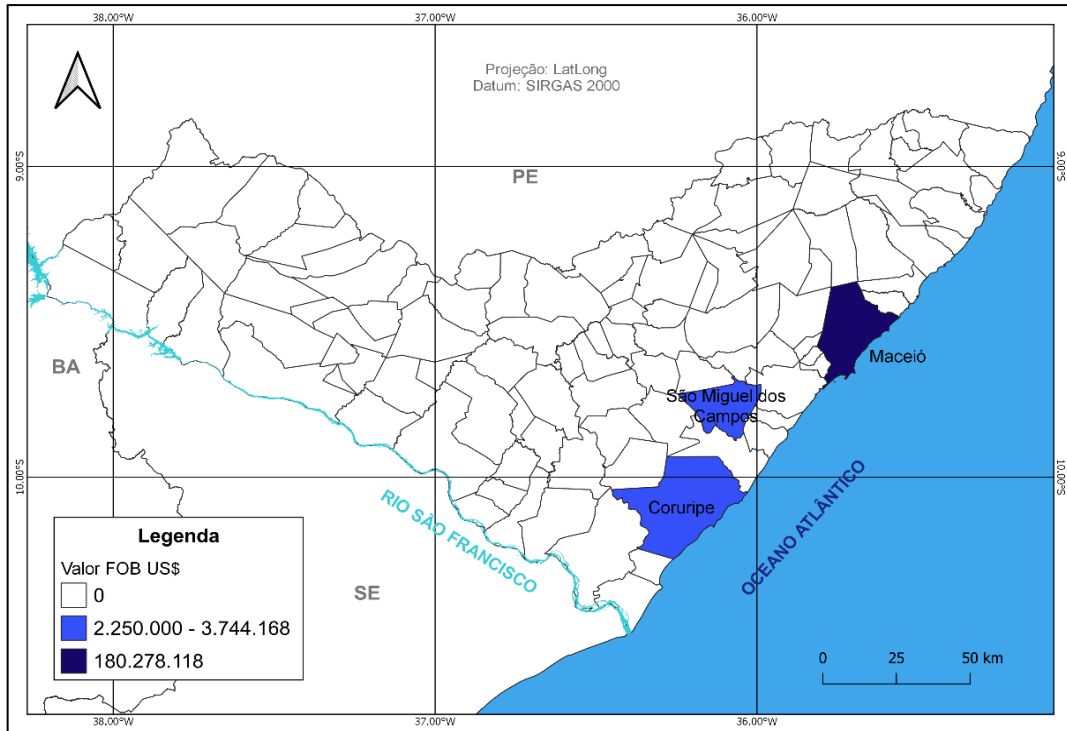
	Fios de filamentos sintéticos	295.357	2,6
	Total	11.230.651	100,0
2017	Centrifugadores	171.657.240	90,4
	Açúcar	17.272.793	9,1
	Cobre e resíduos	663.753	0,4
	Alumínio e resíduos	206.505	0,1
	Mármore, travertinos, granitos belgas e outras pedras de construção	28.260	0,01
	Total	189.828.551	100,0
2016	Soja	806.860	67,7
	Cobre e resíduos	366.836	30,8
	Granito, pórfiro, basalto, arenito e outras pedras de construção	18.506	1,5
	Total	1.192.202	100,0

Fonte: Ministério da Economia (2020).

O fato de o açúcar ter constado na segunda colocação de produtos exportados para China em 2017 foi momentâneo. O principal produto de exportação de Alagoas aproveitou o momento de *boom* das exportações para a China, principal mercado do açúcar brasileiro até 2017, quando o país elevou a tarifa de volumes extra-cota em meados do mesmo ano. A China estabelece uma cota de importação anual de 1,9 milhão de toneladas para o açúcar brasileiro. A elevação da tarifa para produtos extra-cota reduziu as exportações brasileiras nos anos seguintes, repercutindo em Alagoas, que possui usinas menos competitivas perante as usinas do Sudeste (EXAME, 2020).

A baixa quantidade de produtos exportados pelo estado destinados à China também é acompanhada pela quantidade de municípios que participam da exportação (Mapa 2). Selecionando o ano de 2017, ano mais recente que registrou maior valor de exportação, constata-se que apenas três municípios participaram da exportação: Maceió com 180,2 milhões de dólares, Coruripe e São Miguel dos Campos, respectivamente com 3,7 e 2,2 milhões de dólares.

Mapa 2 - Exportações alagoanas com destino à China por município em 2017 (US\$)



Fonte: Ministério da Economia, (2020). Elaborado pelo autor.

A capital Maceió, naturalmente ocupa a primeira colocação por ser o centro econômico-administrativo e abrigar o único porto de exportação do estado. Os municípios de Coruripe e São Miguel dos Campos possuem as maiores usinas do estado, em termos de produção de açúcar. A Usina Coruripe, que leva o nome do município, e a Usina Caeté em São Miguel dos Campos foram responsáveis por um terço da produção de açúcar de Alagoas em 2018 e estão situadas ao sul do estado, região que concentra maiores áreas de produtividade de cana-de-açúcar (ALAGOAS, 2018).

A pouca diversificação da indústria e agricultura de exportação do estado, justificam o baixo valor das exportações para a China. Considerando os dados de 2018, os setores da construção, alimentos e químicos, representam 62% do valor da transformação industrial e o estado é apenas o décimo sétimo colocado nas exportações industriais no país. Ou seja, as atividades industriais que predominam em Alagoas são voltadas ao mercado interno. No setor agrícola, apesar da recente diversificação com o recuo das áreas de cana, o cultivo da soja está em fase experimental. Diferente da cana, uma cultura consolidada e de presença secular em Alagoas, mantendo-se como o único produto agrícola exportado em larga escala (CNI, 2018).

3.2. Importações alagoanas com origem na China

As importações alagoanas com origem na China apresentam uma dinâmica diferente diante das exportações. Desde 2010 as importações crescem constantemente em termos de valor e contém um portfólio mais variado. Parte desse aumento se deve às políticas sociais e de estímulo ao mercado interno pelo governo federal entre 2003 e 2014, contribuindo no crescimento do PIB e da renda no estado de Alagoas.

Segundo os dados do Ministério da Economia (2020) o registro de importações realizadas por Alagoas diretamente da China ocorre a partir de 2003. Conforme a Tabela 8, em apenas dois anos, a China alcançou 11,5% de participação nas importações alagoanas. Após ter dobrado o valor das importações entre 2010-2011, a China se torna definitivamente o maior parceiro comercial de Alagoas pela via importadora, em 2012, desbancando os Estados Unidos.

Tabela 8 - Participação da China nas importações de Alagoas 2003-2019 (US\$)

Ano	Importação Total	Importação-China	Participação no total das importações (%)
2019	665.943.197	312.392.741	46,9
2018	589.833.204	255.156.738	43,3
2017	644.426.485	352.540.020	54,7
2016	612.011.259	199.480.140	32,6
2015	602.546.344	182.970.815	30,4
2014	563.906.991	156.029.690	27,7
2013	496.367.485	154.477.036	31,1
2012	421.528.662	127.841.782	30,3
2011	451.381.162	104.047.768	23,1
2010	248.619.734	51.338.258	20,6
2009	113.479.479	17.782.978	15,7
2008	219.767.078	31.524.962	14,3
2007	239.008.214	20.147.930	8,4
2006	115.843.739	7.718.840	6,7
2005	97.402.861	11.185.647	11,5
2004	68.142.489	82.677	0,1
2003	48.624.508	6.065	<0,1

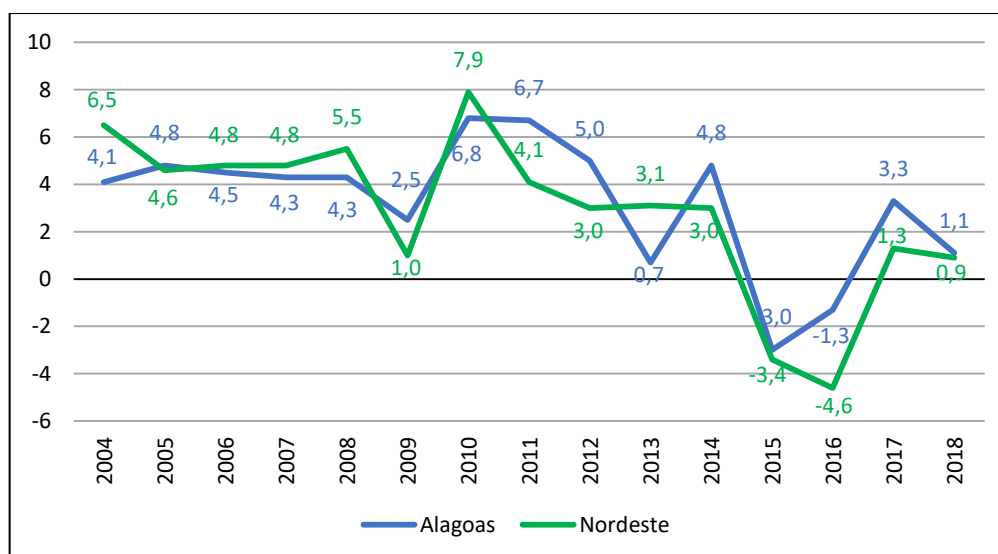
Fonte: Ministério da Economia, (2020).

Em 2017, a China respondeu por mais da metade do valor total das importações alagoanas, sendo o ano com maior participação do país no período analisado. O crescimento das importações chinesas coincide com o período de rápido crescimento da economia alagoana, após a recuperação da crise fiscal dos anos 1990 e sob o reflexo do bom desempenho da economia nacional. As políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo aumentaram o poder de compra da população e o consumo interno se tornou um fator importante na economia estadual (CARVALHO, 2019).

Em linhas gerais, a variação do PIB de Alagoas acompanhou o ritmo da economia regional, ver Gráfico 8. Entre 2004 e 2014, anos de maior crescimento, o PIB de Alagoas registrou média de crescimento ligeiramente maior que a média do PIB do Nordeste, 4,4% e 4,3% respectivamente. Interessante notar que os anos de maior crescimento do PIB de Alagoas, de 2010 a 2012, registrando crescimento acumulado de 18,5%, corresponde ao momento que as importações oriundas da China dobraram e o país se tornou o maior parceiro comercial de Alagoas; comparar a tabela anterior.

Diante da crise econômica nacional, a economia do estado registra um tombo em 2015 e 2016, com o PIB caindo para -3,0% e -1,3% respectivamente. Revelando a dependência da economia estadual dos investimentos federais e do mercado interno, dependente em grande medida dos programas de transferência de renda. Em 2017, a retomada econômica de Alagoas registra crescimento de 3,3% do PIB, superior ao crescimento de 1,3% do PIB regional. Neste mesmo ano de recuperação econômica, as importações alagoanas com origem na China quase dobraram de valor em relação a 2016.

Gráfico 8 - Alagoas e Nordeste: variação do PIB entre 2004 e 2018 (%)



Fonte: IBGE, vários anos; SEPLAG-AL, vários anos. Elaborado pelo autor.

Apesar do período de crescimento econômico ter refletido no aumento de importações, não se pode ignorar os efeitos positivos na economia alagoana. A conjuntura nacional de crescimento, contribuindo em novos investimentos e formalização da mão de obra, aumentou o contingente de trabalhadores formalizados e impulsionou grandes obras de infraestrutura no estado. A exemplo da construção de adutoras nos municípios do semiárido, duplicação de rodovias e ampliação do Porto de Maceió, expandindo suas atividades para o segmento *offshore* em 2012 (APMC, 2018).

Entre 2000 e 2014 o número de assalariados subiu de 272 mil para 514 mil, principalmente pela oferta de empregos em segmentos que contratam mão de obra com pouca qualificação e de menor remuneração [comércio, serviços e construção civil]. Foi justamente o número de trabalhadores da faixa salarial entre um e dois salários mínimos que mais cresceu no período, passando de 58% para 72% do total de contratados em Alagoas (CARVALHO, 2019).

O aumento da renda e do poder de compra da população alagoana, repercute também no mercado interno, principalmente nos segmentos ligados a baixa renda. Os dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE indicam o *boom* de consumo no setor varejista entre 2005 e 2014 com o crescimento nas vendas acima dos dois dígitos, excetuando o ano de 2012, ver Tabela 9.

O período de maior crescimento das vendas no varejo coincide com os anos de maior crescimento do PIB, comparar o gráfico anterior. Atrelado ao aumento do consumo da população de baixa renda, Carvalho (2019) destaca o crescimento das micro e pequenas empresas, espalhadas pela periferia das cidades do litoral e interior; em 2018, das 168 mil empresas legalizadas em Alagoas, 146 mil são do setor de comércio e serviços.

Tabela 9 - Variação da receita das vendas no comércio varejista em Alagoas acumulado nos 12 meses (%)

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
6,0	18,7	22,2	16,9	21,8	13,4	13,9	16,5
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
5,6	13,0	15,6	8,3	-1,4	5,2	8,2	2,6

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio - IBGE, vários anos.

O forte crescimento do setor, paralelo a baixa diversificação industrial e a crise na atividade canavieira, amplia sua participação no valor adicionado do PIB estadual. O setor de serviços que respondia por 68,7% do valor adicionado em 2010, aumenta a participação para

73,3% em 2015. Já o setor industrial sofre retração de -4,1% e a agropecuária de -0,4% no mesmo período (SEPLAG, 2016).

Outro fator de destaque, próprio à dinâmica interna de Alagoas é a urbanização. Conforme destacado anteriormente, a urbanização é um fato relativamente recente no estado, se comparado à experiência do Sudeste. Mesmo no século XXI, a população urbana em Alagoas teve aumento expressivo, saltando de 68%, em 2000, para 74%, em 2018. Esse processo também repercutiu na ampliação de atividades tipicamente urbanas, como comércio e serviços (CARVALHO, 2019).

Na Tabelas 10 e 11, vemos um portfólio maior de produtos chineses importados por Alagoas em comparação às exportações. Nos anos de 2005 e 2010, predominam produtos de média e baixa intensidade tecnológica. Em 2010, aumenta a concentração da pauta de importação com os têxteis respondendo por mais da metade do valor importado; quando em 2005 obteve apenas 8,5% de participação.

Vale destacar que os produtos têxteis estão diretamente ligados ao consumo das famílias, a forte alta na participação em 2010 corresponde ao período do *boom* de consumo em Alagoas, estimulado também pela valorização cambial no âmbito macroeconômico. A taxa média do câmbio, em 2010, atingiu o menor valor da década R\$ 1,60/dólar (IPEA, 2021).

Nos dois anos em questão, observa-se inclusive que alguns produtos importados deixaram de ter destaque em 2010, a exemplo de equipamentos elétricos, dando lugar a outras manufaturas; e produtos informáticos, eletrônicos e ópticos o mais importado em 2005, ocupando a oitava colocação com participação de apenas 2,5% no total importado em 2010.

Tabela 10 - Principais produtos importados da China por Alagoas 2005 e 2010 (% US\$)

2005	%	2010	%
Produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	42,4	Têxteis	65,8
Vestuário	22,3	Vestuário	5,5
Equipamentos elétricos	9,2	Outras manufaturas	4,0
Têxteis	8,5	Couro e produtos afins	3,9
Outras manufaturas	4,8	Metais básicos	3,0
Máquinas e equipamentos	4,4	Produtos químicos	2,9
Produtos de borracha e plásticos	2,5	Máquinas e equipamentos	2,8
Produtos químicos	2,3	Produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	2,5

Couro e produtos afins	2,3	Produtos minerais não metálicos	2,2
Móveis	0,6	Produtos alimentícios	1,4
TOTAL	99,3	TOTAL	94,0
Outros produtos	0,7	Outros produtos	6,0

Fonte: Ministério da Economia, (2020).

Na pauta de importação, vestuário registra grande destaque nos anos selecionados; em 2015 e 2019, foi o produto chinês mais importado por Alagoas (Tabelas 10 e 11). Em 2015, a presença de produtos com maior intensidade tecnológica aumentou, equipamentos de transporte, que não aparece entre os principais importados em anos anteriores selecionados, e equipamentos elétricos respondem por 26% do total importado.

Tabela 11 - Principais produtos importados da China por Alagoas 2015 e 2019 (% US\$)

2015	%	2019	%
Vestuário	24,4	Vestuário	30,0
Equipamentos de transporte	15,9	Equipamentos elétricos	10,3
Equipamentos elétricos	10,1	Couro e produtos afins	8,2
Couro e produtos afins	10,1	Produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	7,6
Produtos químicos	7,3	Produtos químicos	7,6
Têxteis	7,1	Produção vegetal, animal e caça	5,4
Produtos minerais não metálicos	3,9	Produtos metálicos fabricados	5,2
Outras manufaturas	3,4	Máquinas e equipamentos	4,8
Produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	3,3	Produtos de borracha e plásticos	4,6
Produtos de borracha e plásticos	3,0	Produtos minerais não metálicos	3,8
TOTAL	88,5	TOTAL	87,5
Outros produtos	11,5	Outros produtos	12,5

Fonte: Ministério da Economia, (2020).

Destaque também o couro e produtos químicos que aumentaram a participação de 2,3% cada, em 2005, para 8,2% e 7,6% respectivamente, em 2019. Já na queda de participação, destaque para os produtos informáticos, eletrônicos e ópticos, mais importado em 2005, com

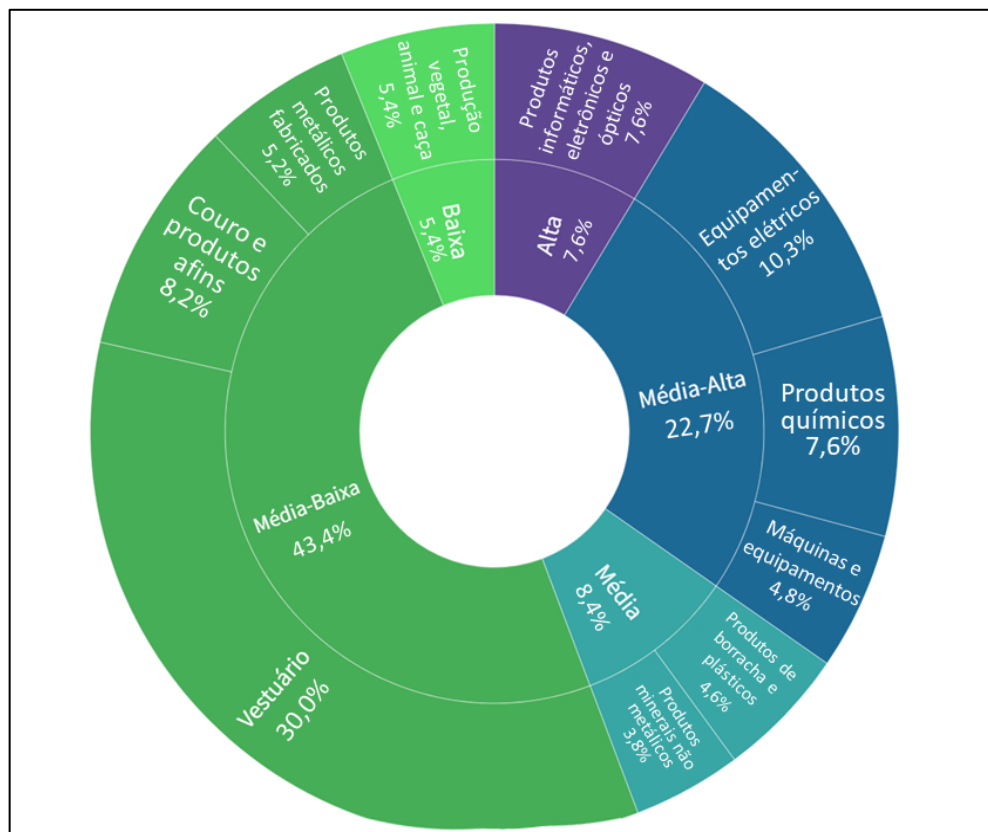
42,4% de participação, nos anos selecionados posteriores a participação ficou abaixo dos dois dígitos, 2,5% em 2010, 3,3% em 2015, e 7,6% em 2019.

Em geral, observando os anos selecionados, houve desconcentração no portfólio das importações com os produtos do topo da tabela registrando menor participação e os produtos da base da tabela aumentando sensivelmente a participação. No decorrer dos anos, a desconcentração entre os importados é acompanhada por uma ligeira diversificação ao comparar os percentuais totais dos principais produtos importados aos outros produtos.

Categorizando os dez produtos chineses mais importados por Alagoas em 2019 por intensidade tecnológica, predominam produtos na categoria média-baixa somando 43,4% de participação, com destaque ao item vestuário (Figura 2).

O predomínio da categoria média-baixa é condizente às características socioeconômicas de Alagoas, formado por um mercado consumidor de baixo poder aquisitivo, pouca presença industrial e um setor de comércio e serviços onde a dinâmica é ditada pelas micro e pequenas empresas.

Figura 2 - Dez maiores importáveis chineses por Alagoas em 2019 por intensidade tecnológica

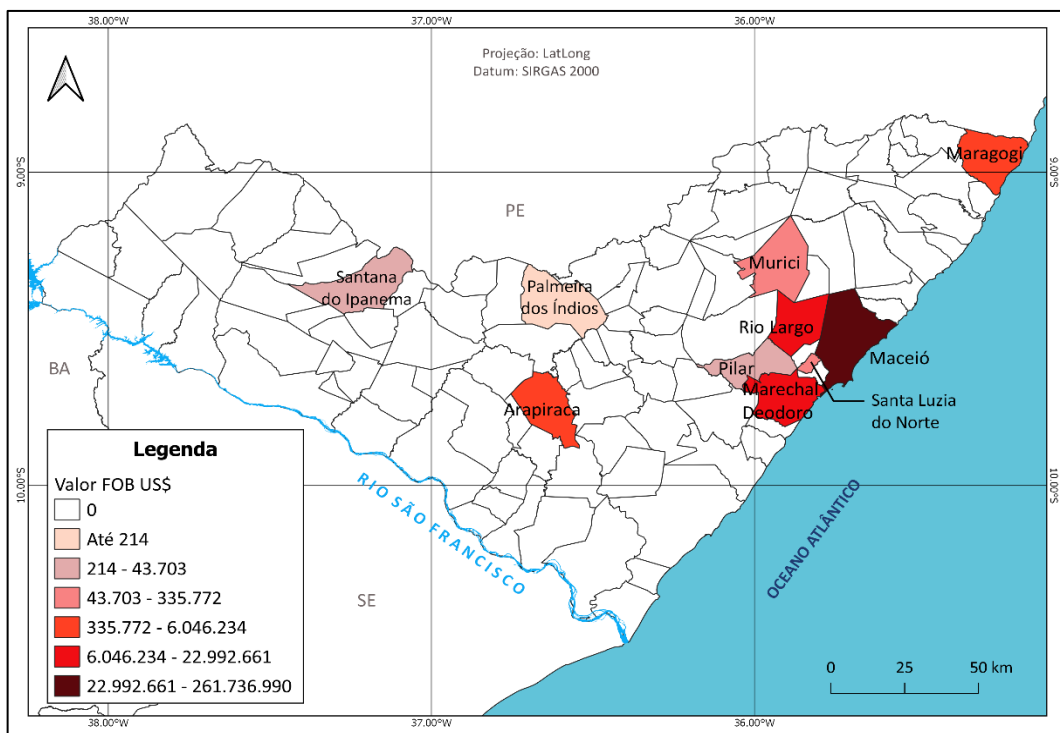


Fonte: OCDE, (2016); Ministério da Economia, (2020). Elaborado pelo autor.

Em conjunto, as categorias média-baixa, média e média-alta somam 74,5% de participação entre os principais importáveis em 2019. Equipamentos elétricos tem a maior participação na categoria média-alta e produtos de borracha e plásticos praticamente dividem a participação com os produtos minerais não metálicos na categoria média. Se compararmos os anos anteriores (Tabelas 5 e 6), as categorias média-baixa, média e média-alta continuam majoritárias entre os principais importáveis, inclusive no ano 2005, quando os produtos informáticos, eletrônicos e ópticos, de alta intensidade tecnológica, registraram 42,4% de participação.

No mesmo ano, analisando a importação de produtos chineses por município, encontramos maior participação de municípios em relação à exportação. Segundo os dados do Ministério da Economia (2020) dez municípios participaram da atividade de importação, concentrados na região litorânea do estado, conforme o Mapa 3.

Mapa 3 - Importações alagoanas com origem na China por município em 2019 (US\$)



Fonte: Ministério da Economia, (2020). Elaborado pelo autor.

Maceió lidera as importações em 2019, totalizando quase 262 milhões de dólares, seguido por Marechal Deodoro com US\$ 22,9 milhões, Rio Largo com US\$ 20,2 milhões e Maragogi com US\$ 6 milhões. No interior do estado, o principal município importador foi Arapiraca, porém, com valor muito abaixo dos municípios da região litorânea, apenas 726 mil dólares. A posição de destaque desses municípios nas importações coincide com a

expressividade econômica que possuem na economia de Alagoas. Os municípios de Maceió, Marechal Deodoro, Rio Largo e Arapiraca estão entre os cinco maiores PIB do estado. Além de Maceió, Arapiraca e Rio Largo, possuem os maiores contingentes de microempreendedores individuais (ALAGOAS, 2018; IBGE, 2018).

Entre os principais produtos importados por município, Maceió, principal centro consumidor do estado, se destaca pela importação de vestuário, eletrônicos, máquinas e equipamentos elétricos, correspondendo a 40% do total importado pelo município em 2019.

Já o município de Marechal Deodoro, importante polo industrial do estado, o destaque das importações foram alumínio, eletrônicos, máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos, correspondendo a 72% das importações. Segundo o Zoneamento Industrial de Alagoas da Fiea (2014) na atividade industrial do município destacam-se a fabricação de embalagens e materiais plásticos e manutenção de máquinas e equipamentos industriais. Após a instalação da petroquímica Braskem no município de Maceió nos anos 1980, formou-se em Marechal Deodoro uma importante cadeia de indústrias químicas e de plástico. Com a inauguração de nova fábrica da Braskem no município em 2012, Alagoas se tornou o maior produtor de PVC das Américas.

Em Rio Largo, a pauta de importação é mais concentrada, com os químicos orgânicos representando 57% do total das importações em 2019. Apesar de o município figurar entre os maiores PIB's do estado, não possui atividade industrial expressiva, mantendo a forte presença do setor canavieiro em sua economia. Em Maragogi, principal economia do litoral norte do estado com forte presença da atividade turística na economia, artigos de couro, bolsas e acessórios responderam por 91% das importações.

Arapiraca, por sua vez, é a principal economia do agreste e sertão alagoano, e segunda maior economia do estado. De forte tradição comercial, constituiu importante polo alimentício e de distribuição comercial no estado. Peixes, crustáceos e frutas foram os principais produtos chineses importados pelo município, respondendo por 85% do total importado.

Nos últimos anos, o setor de distribuição comercial se tornou o principal segmento econômico de Alagoas, com a presença dessas empresas locais no mercado dos estados vizinhos de Sergipe e Pernambuco, e suas receitas superando as do setor canavieiro. Já no setor alimentício, o município é a sede do grupo Coringa, segunda maior empresa de alimentos em faturamento em Alagoas, de capital local e voltada ao mercado de baixa renda. No campo, baseada na pequena produção, Arapiraca aprimorou sua policultura através do projeto Cinturão Verde, envolvendo 16 povoados do município na produção de verduras e hortaliças que

atualmente são exportadas para diversas cidades alagoanas (CARVALHO, 2019; MENDES, 2020).

Os demais municípios, com valores abaixo de 335 mil dólares em importação, apresentam uma pauta de importação bastante restrita, com apenas dois ou três produtos chineses. Em geral, destacam-se equipamentos mecânicos e utensílios domésticos.

Vale destacar que o ranking das maiores importações com origem chinesa em Alagoas não necessariamente corresponde a posição do município na economia do estado. O valor agregado dos produtos importados pelos municípios, interferem diretamente neste ranking de importações. É o caso de Arapiraca, segunda maior economia de Alagoas, aparece como o quinto maior importador em produtos chineses, isto porque, seus importados são de baixo valor agregado. À medida que Maragogi, décima maior economia do estado, aparece à frente de Arapiraca por importar produtos chineses de maior valor agregado.

3.3. Recentes investimentos chineses em Alagoas

Antes de pontuar os investimentos da China em Alagoas, é necessário ressaltar que tais realizações estão sob a influência das relações comerciais Brasil-China, fortalecida nas últimas décadas. A ascensão da China como maior parceiro comercial do Brasil, repercute em Alagoas através do crescimento das importações, e exportações em anos específicos, investimentos no setor industrial e em empresas alagoanas, bem como, na busca ativa por parte do governo estadual por novos investimentos chineses. Esse movimento ficou mais evidente nos últimos anos, diante do baixo ritmo de crescimento das economias europeias e norte-americana, tradicionais fontes de financiamento em Alagoas.

A fábrica de condutores elétricos e de fibra óptica ZTT, localizada no município de Marechal Deodoro, é o principal investimento chinês já realizado no estado (Figura 3). Inaugurada em 2015 com investimento de R\$ 35 milhões e perspectiva de ampliação da planta fabril, é a primeira fábrica do gênero no Nordeste. Sediada em Xangai, na China, está entre os maiores fabricantes de condutores elétricos e fibra óptica do mundo e seu investimento em Alagoas resulta de *joint venture* com a empresa brasileira Solverde, maior distribuidora de fibra óptica do país (ZTT, 2015; GONÇALVES, 2015).

Figura 3 - Localização da fábrica ZTT no município de Marechal Deodoro-AL



Fonte: Google Imagens. Elaborado pelo autor.

A atração da fábrica para o estado contou com mediação da empresa alagoana de telecomunicações Aloo Telecom. Entre os fatores decisivos para instalação da fábrica, além do programa estadual de incentivos fiscais, o Prodesin, estão a localização estratégica de Alagoas no Nordeste, proximidade ao porto de Suape, em Pernambuco, e a presença da Braskem, fornecendo insumos para produção de cabos (GONÇALVES, 2015).

Outro investimento expressivo de origem chinesa ocorreu em 2020 na aquisição de 30% da *startup* alagoana de engenharia pela Concremat, de propriedade da multinacional de engenharia China Communications Construction Company, podendo ser caracterizado como investimento *greenfield*⁷. A plataforma desenvolvida pela *startup* é utilizada nos projetos da empresa informatizando os processos e reduzindo o custo de serviços nas diferentes etapas da obra (AGENDAA, 2020).

A presença chinesa em Alagoas se destaca também no setor de comércio. Aproveitando o aumento do consumo das famílias e o conseqüente crescimento do comércio, multiplicaram lojas de comerciantes chineses em *shopping centers* e principalmente em regiões

⁷ Geralmente o investimento *greenfield* é associado a atividades inovadoras ou em *startups* em estágio inicial. Segundo o CEBC (2019) este foi o tipo de investimento chinês predominante no Brasil entre 2010 e 2018 com média de 47,5% no total dos investimentos, seguido por fusões e aquisições e *joint venture*.

de comércio popular das cidades. Geralmente esses estabelecimentos comercializam eletrônicos e utilidades gerais para uso doméstico.

A melhoria das finanças públicas também favoreceu a atração de investimentos privados, uma vez que melhorou a capacidade de contrapartida do estado através do investimento em infraestrutura. Mudanças na contabilidade da dívida como a redução da taxa de juros, alteração de indexador e alongamento do pagamento das parcelas aliado a melhoria na capacidade de arrecadação, reduziram a dívida em R\$ 2 bilhões. Isto é verificado quando comparamos o total das despesas e receitas do estado entre 2010 e 2019, quando o saldo subiu de R\$ 85 milhões para R\$ 3,3 bilhões. Contornando um antigo problema do estado, o alto endividamento e a limitada capacidade de investimento (CARVALHO, 2019; SICONFI, 2021).

O fortalecimento das relações econômicas com a China e divergências políticas entre os governadores do Nordeste e o Governo Federal repercutiram na esfera político-institucional. Em 2019, é criado o Consórcio Nordeste com adesão de todos os estados da região, justamente numa conjuntura política desfavorável aos interesses da região. Segundo Clementino (2019) o consórcio público tem a possibilidade de efetivação de pactos territoriais que facilitem as relações intergovernamentais, e no caso do Consórcio Nordeste, entre seus objetivos estão o fortalecimento regional e o desenvolvimento com justiça e inclusão social. Tornando-se uma alternativa para minimizar a burocracia e promover uma política colaborativa entre os governos estaduais da região.

Ainda em 2019, diante da paralisia dos investimentos do Governo Federal, diversos governadores dos estados brasileiros viajaram à China em busca de investimentos para movimentar as economias estaduais. Nesse movimento, houve participação do governo de Alagoas, anunciando o início das negociações para instalação da indústria de malte GDH Supertime Malting, que pretende vender o produto às cervejarias do Nordeste, e da fabricante de fibra de vidros CPIC, com objetivo de atender ao mercado regional e servir de plataforma de exportação (CARVALHO e ALVES, 2019).

Durante a busca do governo alagoano por investimentos chineses, a fabricante de embalagens longa-vida GSPak, anunciou investimento de R\$ 187 milhões na instalação da fábrica no município de Rio Largo. Sendo concretizado, será o maior investimento chinês no estado nos últimos anos (CARVALHO e ALVES, 2019).

Entretanto, é necessário abrir um breve parêntese. Após 2019, o mundo vem enfrentando a maior pandemia do século impactando toda a economia mundial, que aliada as indefinições de uma agenda econômica por parte do Governo Federal e sua condução no cenário

pandêmico, tem travado o ambiente para novos investimentos. Diante disso, é incerto afirmar se tais investimentos em Alagoas serão postergados ou mesmo cancelados.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, este trabalho destacou inicialmente as estratégias de desenvolvimento das tradicionais potências econômicas (Inglaterra, EUA e Japão), cronologicamente, as estratégias tornaram-se mais complexas, desde o protecionismo industrial inglês, os investimentos em infraestrutura e pesquisa e desenvolvimento aliados a proteção alfandegária dos Estados Unidos, e os investimentos em capital humano, organização da produção e do trabalho implementado pelo Japão.

A partir das estratégias precessoras ao desenvolvimento chinês, observamos a complexidade e a evolução institucional promovida pela China com o objetivo de desenvolvimento em longo prazo. Diferente das tradicionais potências mundiais, a estratégia chinesa de desenvolvimento é conduzida sob orientação socialista, que historicamente tem buscado solução própria para superar os entraves socioeconômicos do país e trazendo inovações institucionais, a exemplo da Sasac mencionada no tópico 1.

O socialismo de mercado, de economia altamente planejada promovendo articulações entre as atividades privadas e estatais, tem permitido a China responder rapidamente as oscilações da economia mundial. Nesse sentido, são promovidos arranjos e rearranjos entre as atividades privadas e estatais conforme se apresenta cada conjuntura.

A prioridade da China em fortalecer seu mercado interno pós-crise de 2008, estimulou ainda mais o Investimento Direto Estrangeiro, que aliado aos maciços investimentos internos, tem intensificado a integração regional e ampliado um mercado interno já agigantado. No plano externo isto tem repercutido no aumento da presença chinesa em investimentos de infraestrutura e implantação de multinacionais principalmente na África e América Latina, alçando a China a grande potência industrial e financeira.

O Brasil aproveitou essa conjuntura favorável ao ampliar os laços econômicos com a China na primeira década do século XXI, o que permitiu ao nosso país alcançar sucessivos superávits primários, convertidos em investimentos sociais e infraestrutura, além de atravessar a crise econômica mundial de 2008 sem maiores percalços. Como resultado da ampliação do comércio, a China tornou-se nossa maior parceira comercial em 2009.

Embora nossa balança comercial com a China seja assimétrica, como fica demonstrado no tópico 2, o fator externo não é suficiente para justificar essa condição. No âmbito interno, deve-se considerar a desindustrialização brasileira em curso desde os anos 1980, retirando da pauta de exportação bens industrializados e gerando conseqüentemente o predomínio de bens agroprimários.

A aproximação entre Brasil e China não se limitou a esfera econômica, ocorrendo inclusive em termos geopolíticos com a formação do BRICS, aumentando a relevância internacional do Brasil e fortalecendo sua capacidade de negociação em organismos “multilaterais”. Ao adotar o pragmatismo, o BRICS tem sido um importante meio dos países integrantes alcançar interesses mútuos.

O agrupamento dos países em desenvolvimento tem sido não apenas uma instituição política, mas também, uma alternativa financeira aos seus membros com a fundação do Novo Banco de Desenvolvimento. Ao analisar a captação de investimentos do NDB no tópico 2, o Brasil registra menor captação entre os países membros no período de 2016 a 2020. Considerando o tamanho de sua economia e mercado interno, o Brasil poderia aproveitar melhor a disponibilidade de financiamento do NDB. Por outro lado, não podemos desconsiderar que o período já compreende a crise econômica nacional, limitando a capacidade do país em contrair novos empréstimos.

Em se tratando de Alagoas, podemos concluir que o fortalecimento das relações econômicas a nível Brasil-China, repercutiu no estado, sobretudo, no aumento de importação de produtos chineses. Comandada por produtos de média-baixa intensidade tecnológica, condizente às características socioeconômicas do estado.

O ritmo de crescimento das importações oriundas da China acompanhou os anos de maior crescimento da economia estadual, mostrando que parte desse crescimento extrapolou o mercado interno. Na última década o país se tornou o maior parceiro comercial de Alagoas pela via da importação e iniciou investimentos no setor industrial do estado. Movimento que aliado ao baixo crescimento das economias europeias e norte-americana no pós-crise de 2008, tem alçado a China como importante fonte de financiamento nos últimos anos.

O destaque chinês nas importações estaduais e a maior variedade no portfólio dos produtos não foi acompanhado pelas exportações, onde Alagoas mantém como principais destinos, parceiros tradicionais, Europa e Estados Unidos. Indicando a necessidade de diversificação econômica, inclusive no setor agrícola, de modo a aproveitar o crescimento das relações econômicas e estimular a pauta de exportações alagoanas destinadas à China.

Considerando o recorte temporal da pesquisa de 2003 a 2019, devem ser feitos outros estudos sobre os impactos nas relações econômicas entre Alagoas e China após a pandemia mundial do Covid-19 e o realinhamento geopolítico adotado pelo Brasil nos últimos anos; estudos que apontem possibilidades para o estado de Alagoas estimular sua exportação com destino à China; ou até mesmo, estudos que relacionem a dinâmica das relações econômicas

Alagoas-China ao contexto geopolítico de disputa tecnológica e econômica entre os Estados Unidos e a China.

REFERÊNCIAS

AGENDAA. Uma das mais tradicionais empresas de engenharia no Brasil compra 30% de startup alagoana. **AgendaA**, Maceió, 15 jun. 2020. Disponível em: <http://www.agendaa.com.br/negocios/gente-e-gesto/8393/2020/06/15/uma-das-mais-tradicionais-empresas-de-engenharia-no-brasil-compra-30-de-startup-alagoana>. Acesso em: 17 jan. 2021.

ALAGOAS. Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Alagoas em números**. Maceió, 2016. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/alagoas-em-numeros/resource/64faf747-e70a-451f-8c74-c4984801e43b>. Acesso em: 19 dez. 2020.

ALAGOAS. Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas-2017**. Maceió, v. 24, 2018.

APMC – Administração do Porto de Maceió. **Instrução APMC nº 048/2018, de 27 de novembro de 2018**. Maceió: APMC, 27 nov. 2018. Disponível em: http://www.portodemaceio.com.br/portal/arquivos/regulamentos/inst_0482018.pdf. Acesso em: 07 jan. 2021.

BANDEIRA, Luiz A. M. **Formação do império americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BATISTA JUNIOR, Paulo N. Os BRICS no FMI e no G20. In: PIMENTEL, J. V. S. (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 463-472. (Coleção Eventos, 634).

BECARD, Danielly S. R. O que esperar das relações Brasil-China?. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, nov. 2011.

BIJOS, Leila; GUILHON, Erick P. Brics, uma alternativa de poder?. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 9-54, jan./abr. 2014.

BRASIL. **Agenda China**: o marco inicial do aprofundamento das relações comerciais sino-brasileiras. Brasília: MDIC, 2008. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1272653863.pdf. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Exportação e importação**: municípios. Brasília, 2020. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CANZIAN, Fernando; ALMEIDA, Lalo de. Desigualdade Global: China. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nCyRvStXeYQ>. Acesso em: 11 jan. 2020.

CARVALHO, Cícero Pércles de. Alagoas: 2000-2018. **Revista Conjuntura Econômica**, Fortaleza, edição especial, p. 345-357, 2019.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Os impactos da epidemia na economia alagoana**: notas sobre a conjuntura econômica nos meses de março a junho de 2020. Maceió: Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas, 2020. 51p. (Análise da conjuntura econômica de Alagoas).

CARVALHO, Severino; ALVES, Andressa. Mais duas empresas chinesas estudam investir em Alagoas. **Agência Alagoas**, Maceió, 29 jul. 2019. Disponível em: <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/30558-mais-duas-empresas-chinesas-estudam-investir-em-alagoas>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CASTRO, José R. As commodities e seu impacto na economia do Brasil. **Nexo**, São Paulo, 02 mai. 2018. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil>. Acesso em: 09 jan. 2020.

CGTN. China successfully launches 7 rockets in a month. **CGTN**, Beijing, 30 nov. 2019. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2019-11-30/China-successfully-launches-7-rockets-in-a-month-M2Sbkxc3WU/index.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2004.

CHINA. National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook**. Beijing, 2018.

CHINA State-owned Assets Management System Reform Entering New Stage. **China.org.cn**, [s.l.: s.n.], 22 maio 2003. Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-news/news03-0522.htm>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CINTRA, Marcos A. M.; PINTO, Eduardo C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 381-400, abr./jun. 2017.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. A atualidade e o ineditismo do Consórcio Nordeste. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, n. 21, p. 165-174, jul./dez. 2019.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Perfil da indústria nos estados**. 2018. Disponível em: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/al>. Acesso em: 06 jan. 2021.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

DOBB, Maurice. H. **A evolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

EXAME. China reduz tarifa para açúcar e Brasil pode ampliar exportações. **Exame**, São Paulo, 22 maio 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/china-reduz-tarifa-para-acucar-e-brasil-pode-ampliar-exportacoes>. Acesso em: 06 jan. 2021.

FIEA – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas. **Zoneamento Industrial em Alagoas**. Maceió: Fiea, 2014. Disponível em: <http://www.al.senai.br/public/documentos/zoneamento-industrial.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

FRISCHTAK, Cláudio R. **O que é política industrial?**. Rio de Janeiro: BNDES, 1993. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15584/1/O%20que%20e%20pol%C3%ADtica%20industrial.PDF>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GONÇALVES, Maurício. ZTT enumera escolha por Alagoas. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 25 out. 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=275679>. Acesso em: 15 jan. 2021.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. [s.l.]: [s. n.], 1973.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente, por sexo, situação e grupos de idade**. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Regionais**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 17 dez. 2020.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Satélite CBERS 04A é lançado com sucesso. **INPE**, São José dos Campos, 20 dez. 2019. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5326. Acesso em: 20 abr. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Conheça os BRICS. **IPEA**, Brasília, 18 mar. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 27 mai. 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Taxa de câmbio nominal**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38389>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ITAMARATY. Brasil-China: Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). **ITAMARATY**, Brasília, 14 mar. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20162-brasil-china-reuniao-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban-14-de-marco-de-2019>. Acesso em: 27 mai. 2020.

JABBOUR, Elias M. K. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. São Paulo: USP, 2010. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, 2010.

JABBOUR, Elias M. K. **China: socialismo e desenvolvimento sete décadas depois**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2019.

LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: Unicamp, 2011. (Navegando publicações).

LI, Siyao. China's "Made in China 2025" policy and impacts on the business environment. **FAO Foreign Analytics and Operations**, New York, out. 2018. Disponível em: <https://www.faoglobal.com/chinas-made-in-china-2025-policy-and-impacts-on-the-business-environment/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LIMA, Ronaldo. Produtores alagoanos apostam na excelente fertilidade da soja para a safra 2019/2020. **Agência Alagoas**, Maceió, 08 out. 2019. Disponível em:

<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/31226-produtores-alagoanos-apostam-na-excelente-fertilidade-da-soja-para-a-safra-2019-2020>. Acesso em: 06 jan. 2021.

MAIA, Jose N. B. A Iniciativa Cinturão e Rota: uma oportunidade para a integração da América Latina. **China Hoje**, São Paulo, ago. 2019. Disponível em: <http://www.chinahoje.net/a-iniciativa-cinturao-e-rota-uma-oportunidade-para-a-integracao-da-america-latina/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MAMIGONIAN, Armen. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. **Anais de geografia econômica e social**, Florianópolis, n. 1, p. 41-65, 2008.

MAMIGONIAN, Armen. O mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 100, p. 173-205, 2018.

MAMIGONIAN, Armen. Visão geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 7-44, jul./dez. 2019.

MARQUES, Fabrício. Ciclo interrompido. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 275, p. 36-41, jan. 2019.

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global**. Tradução: Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MEDEIROS, Carlos A. A economia política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, José L. (org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 139-178.

MENDES, Hinckley Wendell do Nascimento. **A indústria de alimentos em Alagoas e a formação dos mercados de Maceió e Arapiraca**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

NDB – New Development Bank. **Annual Report 2018**. Shanghai: New Development Bank, 2018. Disponível em: <https://www.ndb.int/ndb-annual-report-2018/>. Acesso em: 11 mai. 2020.

OECD. China's Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape. **OECD Business and Finance Outlook**, Paris, out. 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/Chinas-Belt-and-Road-Initiative-in-the-global-trade-investment-and-finance-landscape.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

OLIVEIRA, Amaury P. de. A China constrói uma parceria estratégica com a África. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 3., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 337-374.

OLIVEIRA, Amaury P. de. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online], v. 46, n. 2, p. 138-160, 2003.

OLIVEIRA, D. M., CAVALCANTI, G. A. Abertura comercial brasileira e indústria têxtil: o desempenho nacional e nordestino nos anos 90. In: TARGINO, I.; LEITE FILHO, P. A. M. (Orgs.). **Nordeste: aspectos da estrutura produtiva e do mercado de trabalho**. João Pessoa: Editora universitária, 2001.

O 19º CONGRESSO Nacional do PCCh apresenta seu projeto. **China Hoje**, [s.l.: s.n.], 15 abril 2018. Disponível em: <http://www.chinahoje.net/o-19o-congresso-nacional-do-pcch-apresenta-seu-projeto-para-a-china/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

O SISTEMA de projetamento da China: futuro modelo. [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal TV GGN. Disponível em: <https://youtu.be/g8J8xW07rg4>. Acesso em: 13 jun. 2020.

OUTRO BRASIL: os rumos da geopolítica – entrevista com Celso Amorim. [S.l.: s.n.], 2016. 1 vídeo (83 min). Publicado pelo canal Mova . Disponível em: https://youtu.be/4euof2e_OsE. Acesso em: 25 mai. 2020.

POCHMANN, Marcio. Relações comerciais e de investimentos do Brasil com demais países dos BRICS. In: PIMENTEL, J. V. S. (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 201-220. (Coleção Eventos, 634).

POCHMANN, Marcio. **Brasil sem industrialização: a herança renunciada**. 1. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003. (Revoluções do século XX).

POMAR, Wladimir. **O enigma chinês**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e anti-milagre**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

RANGEL, Ignácio. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. In: BENJAMIN, C. (org.). **Obras reunidas**. vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 129-202.

RUEDA, Fernando Galindo; VERGER, Fabien. OECD Taxonomy of Economic Activities Based on R&D Intensity. **OECD Science, Technology and Industry Working Papers**, Paris, n. 4, p. 3-25, 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SINCONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. **Cadastro de operações de crédito – Alagoas**. Brasília, 2021. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf. Acesso em: 17 jan. 2021.

TAVARES, Maria da C. O desafio japonês. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Mercado, 15 dez. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/15/dinheiro/16.html>. Acesso em: 03 ago. 2020.

ZTT. **ZTT inaugura em Alagoas sua primeira fábrica.** Maceió, 2015. Disponível em: <https://www.zttcable.com.br/ztt-inaugura-em-alagoas-sua-primeira-fabrica-no-brasil>. Acesso em: 15 jan. 2021.